

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO  
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

Josiene da Silva Niesciur

**BIBLIOTECA AO ALCANCE DE TODOS:**

**estudo de caso da acessibilidade na Biblioteca Central Guilherme Mylius**

Porto Alegre

2012

Josiene da Silva Niesciur

**BIBLIOTECA AO ALCANCE DE TODOS:**

**estudo de caso da acessibilidade na Biblioteca Central Guilherme Mylius**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia, pelo Departamento de Ciências da Informação, da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Jeniffer Cuty.

Porto Alegre

2012

## **UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**

Reitor: Prof. Dr. Carlos Alexandre Netto

Vice-reitor: Prof. Dr. Rui Vicente Oppermann

## **FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO**

Diretora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Regina Helena van der Laan

## **DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO**

Chefe: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ana Maria Mielniczuk de Moura

Chefe substituta: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Sônia Elisa Caregnato

## **COMISSÃO DE GRADUAÇÃO DO CURSO DE BIBLIOTECONOMIA**

Coordenadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Samile Andréa de Souza Vanz

Coordenadora substituta: Prof<sup>a</sup>. Me. Glória Isabel Sattamini Ferreira

N676b Niesciur, Josiene da Silva  
Biblioteca ao alcance de todos : estudo de caso da acessibilidade na  
Biblioteca Central Guilherme Mylius / Josiene da Silva Niesciur – Porto  
Alegre, RS, 2012.  
f. il.  
Orientadora: Jeniffer Cuty

Trabalho de Conclusão (Graduação) – Universidade Federal do Rio  
Grande do Sul. Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação. Curso  
de Biblioteconomia. Porto Alegre, 2012.

1. Bibliotecas universitárias. 2. Acessibilidade. 3. Biblioteca Central  
Guilherme Mylius do IPA. 4. Desenho universal. 5. Tecnologia  
assistiva. I. Cuty, Jeniffer. II. Título.

CDU 027.7

Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação (FABICO)

Rua Ramiro Barcelos, 2705 – Campus Saúde – Bairro Santana

CEP: 90035-007 – Porto Alegre – RS

Telefone: (51) 3308-5067

Fax: (51) 3308-5435

E-mail: fabico@ufrgs.br

Josiene da Silva Niesciur

**BIBLIOTECA AO ALCANCE DE TODOS:  
estudo de caso da acessibilidade na Biblioteca Central Guilherme Mylius**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia, pelo Departamento de Ciências da Informação da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Aprovado em 12 de dezembro de 2012.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Jeniffer Cuty (Orientadora)  
Departamento de Ciência da Informação (FABICO – UFRGS)

---

Prof. Dr. Rodrigo Silva Caxias de Sousa  
Departamento de Ciência da Informação (FABICO – UFRGS)

---

Prof. Me. Eduardo Cardoso  
Departamento de Design e Expressão Gráfica (FARQ – UFRGS)

*Em memória daquela que conseguia me  
irritar e alegrar ao mesmo tempo...!  
Minha madrinha e tia Sílvia!*

## AGRADECIMENTOS

Dedico este trabalho à memória da minha tia e madrinha Silda que queria tanto me ver formada, mas infelizmente não está aqui hoje para presenciar esse momento, espero que esteja fazendo isso, seja onde estiver!

Dedico, também, a minha afilhada Vitória que me deu fôlego para respirar e forças para continuar quando eu me enfraquecia e queria parar.

Agradeço a minha família, principalmente minha irmã e minha mãe que presenciaram todos os momentos, da criação à finalização deste TCC, e sempre me ajudaram quando puderam.

Obrigada aos meus amigos, principalmente às Fabicanas: Cyntia Wessfl e Karina da Silva Nunes por todos os choros, risos, reclamações e afins compartilhados e acompanhados durante esse trajeto, muito obrigada pelas ajudas e pelo companheirismo gurias!

Agradeço aos colegas dos locais de estágio – FAMED, SMAM e Memorial do Judiciário – que me receberam muito bem e proporcionaram a prática da teoria estudada na faculdade.

Ao meu namorado, Ueldo Miguel, pelos dias maravilhosos proporcionados, pelo carinho, paciência, apoio, amor e tempo despendidos a mim! E também a minha sogra que sempre tentou me motivar com palavras de incentivo e as comidas que comprava ou fazia para me agradar!

Também agradeço aos meus colegas de IPA, principalmente Clarissa J. Selbach (pela indicação além da convivência e ajudas durante o curso), a minha chefe Marisa pela compreensão aos pedidos de alteração de horários para poder finalizar o TCC. E ainda à Ana Paula e o Décio pelas tardes e noites alegres de trabalho e por toda ajuda proporcionada no decorrer desses meses de convívio, valeu a parceria pessoal!

Não posso esquecer de agradecer a minha orientadora, Jeniffer Cuty, que me acolheu quando nem mesmo eu acreditava em mim! Obrigada por toda a ajuda, conselhos, pedidos, puxões de orelha, enfim, as orientações dadas no decorrer desse ano. De tudo, sem dúvida, eu levo o cronograma do TCC para minha vida, ele foi fundamental – embora eu tenha relutado!

Agradeço também a UFRGS por me proporcionar o intercâmbio a Portugal de 2009 a 2010, um ano que equivaleu a uma vida inteira de muito aprendizado, além

da oportunidade de conhecer alguns lugares encantadores e pessoas maravilhosas, grandes amigos que tenho até hoje.

É imprescindível agradecer aos quatro entrevistados que foram importantíssimos na realização deste estudo. Obrigada pela disponibilidade de horário e as informações prestadas, que são o cerne deste trabalho.

Agradeço aos professores Rodrigo Caxias e Eduardo Cardoso pelo pronto acolhimento do convite e pela presença na minha banca de defesa do TCC, fico muito grata pela receptividade!

Posso enxergar de forma positiva e até agradecer os obstáculos que passei, eles me ajudaram a ser uma pessoa mais forte, a ser quem sou hoje e a não desistir diante da primeira dificuldade que aparece no caminho!

Enfim, agradeço a tudo e a todos que me ajudaram de alguma forma a poder viver este momento e a realizar esse sonho!

Deixo meu agradecimento mais sincero e votos de que também realizem seus sonhos e sejam felizes: MUITO OBRIGADA!!

***Estante***

*Se os livros não estão  
ao alcance da mão,  
de que servem, então?*

(VIDIGAL, Betty. **Poemas no ônibus e no trem**, 2011).

*“A maior condenação a que todos estamos sujeitos no futuro será por omissão,  
porque meios para se fazer muitas coisas lindas e impossíveis existem”.*

*Amyr Klink*

## RESUMO

O presente trabalho pretende rediscutir a acessibilidade e a inclusão em bibliotecas universitárias por meio do estudo de caso. O objeto de estudo foi a Biblioteca Central Guilherme Mylius, do Centro Universitário Metodista IPA, da cidade de Porto Alegre, RS. Tenta responder à pergunta do problema de pesquisa: como a Biblioteca Central Guilherme Mylius do IPA possibilita a acessibilidade e a inclusão dos usuários com deficiência? Objetiva, com isso, demonstrar de que jeito a Biblioteca Central Guilherme Mylius, do IPA, proporciona acessibilidade/inclusão aos usuários com deficiência, de acordo com o olhar dos quatro usuários entrevistados. Emprega metodologia baseada em uma abordagem qualitativa, com coleta de dados por meio de entrevistas semiestruturadas e observações do local, com registros na forma escrita e por imagens fotográficas. Os *sites* da instituição e da Biblioteca também foram observados e analisados, mas na tentativa de procurar documentos que constatassem a acessibilidade na missão, e não do nível de acessibilidade dos *sites*. O referencial teórico aborda os temas: bibliotecas universitárias, acessibilidade, inclusão e exclusão social, desenho universal e tecnologia assistiva.

**PALAVRAS-CHAVE:** Bibliotecas universitárias. Acessibilidade. Biblioteca Central Guilherme Mylius do IPA. Desenho universal. Tecnologia assistiva.

## ABSTRACT

This paperwork intends to rediscuss the accessibility and the inclusion in university libraries through study case. The study object was the Central Library Guilherme Mylius, from IPA Methodist University, on Porto Alegre city, RS. It tries to answer the question of the research problem: how the IPA Central Library Guilherme Mylius enables accessibility and inclusion of deficiency users? Aims, therefore, to demonstrate which way IPA Central Library Guilherme Mylius provides accessibility and inclusion of deficiency users, according to the look of the four interviewed users. Applies a methodology based on a qualitative approach, with a data collection through semi-structured interviews and local observations, with records in written form and photographic images. The website of the institution and of the Library were also observed and analyzed, but on an effort to search for documents that determines the accessibility on the mission and not the analysis of the websites themselves. The theoretical references tackles the themes: academic libraries, accessibility, social inclusion and exclusion, universal design and assistive technology.

**KEYWORDS:** University libraries. Accessibility. IPA Central Library Guilherme Mylius. Universal design. Assistive technology.

## SUMÁRIO

|       |   |    |
|-------|---|----|
| 1     | INTRODUÇÃO.....   | 12 |
| 1.1   | Justificativa do estudo.....  | 15 |
| 1.2   | Problema de pesquisa.....   | 17 |
| 1.3   | Objetivos.....  | 17 |
| 1.3.1 | <i>Objetivo geral.....</i>  | 17 |
| 1.3.2 | <i>Objetivos específicos.....</i>   | 18 |
| 1.4   | Metodologia.....  | 18 |
| 1.4.1 | <i>Objeto de estudo e sujeitos.....</i>   | 20 |
| 1.4.2 | <i>Procedimento de coleta de dados.....</i>                                     | 20 |
| 1.4.3 | <i>Tratamento dos dados.....</i>  | 23 |
| 2     | REFERENCIAL TEÓRICO.....  | 25 |
| 2.1   | Bibliotecas universitárias: uma conexão com a pesquisa e o conhecimento.....    | 25 |
| 2.2   | Acessibilidade: a porta de entrada para a inclusão.....                         | 29 |
| 2.2.1 | <i>Desenho universal.....</i>   | 35 |
| 2.2.2 | <i>Tecnologia assistiva: um recurso à acessibilidade.....</i>                   | 37 |
| 3     | BIBLIOTECA CENTRAL GUILHERME MYLIUS.....  | 41 |
| 3.1   | Análise da Biblioteca.....  | 43 |
| 3.1.1 | <i>Acessibilidade espacial.....</i>   | 48 |
| 3.1.2 | <i>Acessibilidade atitudinal.....</i>   | 63 |
| 3.1.3 | <i>Acessibilidade informacional e comunicacional.....</i>                       | 67 |
| 3.1.4 | <i>Recursos e/ou serviços disponibilizados pela Biblioteca ou pelo IPA.....</i> | 70 |
| 4     | CONSIDERAÇÕES FINAIS.....   | 74 |
|       | REFERÊNCIAS.....  | 77 |
|       | APÊNDICE A.....   | 80 |
|       | APÊNDICE B.....   | 81 |

## 1 INTRODUÇÃO

A informação acessível é um direito de todo e qualquer cidadão, sendo assim, as bibliotecas têm um papel muito importante a representar na sociedade. Elas são a principal fonte de informação mais próxima e fidedigna que uma comunidade pode recorrer para suprir sua necessidade informacional.

As bibliotecas podem ser de vários tipos, divididas de acordo com os acervos que mantêm bem como a população que atende. De maneira geral, existem quatro tipos básicos: bibliotecas públicas, que atendem público variado e, por isso, seu acervo é diversificado; bibliotecas escolares, que auxiliam no caminho de formação dos estudantes nas escolas; bibliotecas especializadas, que atendem um público específico, tendo seu acervo voltado para uma ou poucas áreas, visando atender a esse público seletivo; e as bibliotecas universitárias, que são uma extensão das universidades e faculdades, criadas para atender a comunidade acadêmica.

Dentro de um grupo de possíveis usuários de bibliotecas existem indivíduos que podem ter alguma deficiência, seja esta provisória, como, por exemplo, uma pessoa com a perna quebrada; ou duradoura, como uma pessoa cega sem a possibilidade de voltar a enxergar.

Ao longo do tempo esses usuários já foram chamados de várias formas, de acordo com a época e o nível de incompreensão das pessoas no que toca às limitações ou dificuldades ou então pelas novas formas de compreensão do assunto. Essas variações já passaram desde Pessoas com Necessidades Especiais (PNEs), Pessoas Portadoras de Deficiência (PPDs), entre outros, sendo atualmente chamadas de pessoas com deficiência (PcDs) de modo a não esconder a deficiência e ressaltar as diferenças e necessidades originadas por ela.

Assim, o termo PcDs é o que está sendo utilizado no presente trabalho, mas podem ser visualizadas algumas dessas variadas formas no referencial teórico, em função do período em que foram escritos os textos utilizados, levando-se em conta que acompanham a mentalidade social em questão.

Desse modo, podemos entender que as pessoas com deficiência, PcDs, são todos aqueles sujeitos que possuem alguma ausência ou disfunção de uma estrutura psíquica, fisiológica ou anatômica decorrente de variados fatores e, em

função disso, podem apresentar requisitos diferentes para desempenhar suas atividades cotidianas.

A maioria das instituições coloca entraves para tais indivíduos ao não propiciar ambientes de livre acesso e locomoção, que deveriam ser pensados acessíveis desde a elaboração e a realização da obra de edificação ou por meio de adaptações depois que estas obras estejam prontas, permitindo, assim, o ingresso e o deslocamento das PcDs em qualquer espaço.

A acessibilidade é um tema atual e bastante discutido, importante por permitir a inclusão de todos, inclusive as PcDs, por meio de projetos. Estes projetos, tanto de ordem física quanto organizacional, tornam os ambientes adequados a essas pessoas e, assim, minimizam as barreiras e as dificuldades que naturalmente elas sofrem no seu dia-a-dia em função da(s) deficiência(s) que possuem.

Mas não são somente os ambientes mal projetados que se tornam limitadores. Pessoas sem o devido treinamento podem também representar obstáculos para as PcDs, quando estas precisam de atendimento, pois quem atende pode exagerar na dose de cuidados, impedindo a autonomia desses usuários de forma segura. Nem sempre basta o “querer ajudar”, é importante saber “como fazer” e, por isso, a capacitação de pessoas que atendem o público se torna fundamental.

As bibliotecas, indo de encontro com a missão de promover o acesso universal à informação para todos os cidadãos, deveriam ser as primeiras a estar preparadas para oferecer atendimento adequado a essa parcela da população, mas infelizmente ainda não é isso o que encontramos. Sob a alegação de escassez de recursos e falta de apoio dos governos, muitas bibliotecas acabam por não atender as necessidades informacionais desse tipo especial de usuário.

Porém, é importante ressaltar que oferecer acessibilidade não é ser paternalista, benevolente, mimar, paparicar as PcDs. Muito pelo contrário, é proporcionar condições de igualdade de acesso, de permanência, de uso e o direito a ser diferente para que, desse modo, possam desempenhar seu papel social como qualquer cidadão.

Para propiciar o acesso aos ambientes e à informação, existem muitos recursos que podem ser empregados. Dentre tantos podemos citar como exemplo os recursos de áudio, o uso de rampas para locomoção, as lupas para ampliação de

textos e imagens, bem como as próprias pessoas que, com a devida capacitação, podem melhor atender as PcDs.

Sendo assim, o presente trabalho tem como temática a realização de um estudo de caso em uma biblioteca universitária de instituição privada, tendo como foco a acessibilidade oferecida por ela aos seus usuários. A biblioteca escolhida foi a Biblioteca Central Guilherme Mylius, que pertence ao Centro Universitário Metodista IPA, da Rede Metodista de Educação do Sul.

Verificando a Biblioteca Central Guilherme Mylius foi observado se ela consegue proporcionar a inclusão dos usuários com deficiência, de que forma, ou, ainda, se a Biblioteca consegue minimizar as barreiras existentes, promovendo a inclusão de modo eficaz, sem segregar videntes de cegos ou pessoas com baixa visão, ouvintes de surdos, pessoas com plena mobilidade com aquelas com baixa mobilidade ou cadeirantes, etc.

O título deste trabalho, “biblioteca ao alcance de todos”, foi criado com base nos conceitos de desenho universal da autora Cambiaghi<sup>1</sup> e do Decreto nº 6.949<sup>2</sup> que promulgou a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Eles falam que o desenho universal busca oferecer produtos e espaços que possam ser utilizados por todos. Mas, o texto, de modo geral, está voltado principalmente para e sobre as PcDs, mas há comentários a respeito das pessoas com mobilidade reduzida, seja de ordem temporária ou não, pois, na verdade, todos somos propensos a ter alguma deficiência, como por exemplo o uso de óculos.

A metodologia empregada se baseou em uma abordagem qualitativa, com coleta de dados por meio de entrevistas semiestruturadas, com a observação participante no local, registrados de forma escrita e por imagens fotográficas. O *site* da instituição e da Biblioteca também foram observados e avaliados, mas na tentativa de procurar documentos que constatem a acessibilidade na missão, e não da análise acessibilidade dos *sites* em si. Ressaltando, também, que a análise deste trabalho não se dá em cima do atendimento de critérios da NBR 9050, norma que

---

<sup>1</sup> CAMBIAGHI, Silvana. **Desenho universal: métodos e técnicas para arquitetos e urbanistas**. São Paulo: Senac, 2011.

<sup>2</sup> BRASIL. **Decreto nº 6.949** de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm)>. Acesso em: 05 nov. 2012.

trata de acessibilidade, e sim, com base no olhar dos usuários entrevistados e suas experiências na instituição a respeito do assunto.

## **1.1 Justificativa do estudo**

De alguns anos para cá podemos perceber um aumento de pessoas com deficiência circulando por diferentes espaços sociais. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o IBGE, confirma esse aumento em seu Censo de 2010, dados estes que estão no capítulo do Referencial Teórico do trabalho. Isso significa que essas pessoas podem estar se sentindo mais seguras e independentes com o debate e surgimento de legislações e normas referentes à adequação de todos os tipos de espaços para uso pleno, seguro e autônomo, protegendo-as e, assim, saem mais de suas casas e tornam-se efetivamente cidadãos como qualquer outra pessoa.

Dessa forma, pergunta-se: todas as instituições e os espaços estão minimamente preparados para receber as pessoas, respeitando suas características físicas, cognitivas e culturais? Para responder essa pergunta se faz necessária uma análise do nível de acolhimento das PcDs por meio de serviços e/ou recursos que possibilitem a acessibilidade e sua inclusão na sociedade.

Desse modo, este estudo se justifica por tentar mostrar a importância da acessibilidade, da inclusão social das PcDs, um assunto que tem sua teoria muito discutida, com uma legislação ampla no Brasil, porém a prática ainda caminha devagar. A importância é de tentar mostrar que as PcDs são como todas as pessoas e merecem exercer seus direitos e deveres plenamente.

Para fazer esse estudo de caso foi escolhida uma das bibliotecas da Rede Metodista de Educação do Sul. A finalidade é a verificação, do ponto de vista do usuário, se a Biblioteca Central Guilherme Mylius, objeto deste estudo, oferece a eles acessibilidade e inclusão. Paralelamente busca-se verificar se há a preocupação, a sensibilização e mesmo a definição de políticas por parte da instituição quanto à importância da acessibilidade e da inclusão das PcDs nos seus ambientes.

A escolha de uma biblioteca universitária para o estudo se deu com o intuito de tentar mostrar que a universidade é um dos sujeitos do processo de inclusão,

pois tem um papel claro de democratizar o ensino, despertar a consciência social e proporcionar condições iguais de acesso e uso e isso deveria aparecer em suas bibliotecas.

Outro fator que justifica o estudo é a possibilidade deste trabalho poder ampliar o debate do assunto acerca da acessibilidade e inclusão em bibliotecas universitárias de modo que motive novas pesquisas na área

O local de estudo foi escolhido pelo fato de a autora estar inserida na Rede Metodista de Educação do Sul, uma instituição privada e confessional, trabalhando na própria Biblioteca Central Guilherme Mylius, no IPA, o que permitiu a facilidade de acesso.

Mas, essa escolha se definiu depois de um longo caminho. Primeiro foi pensado em aplicar um *checklist* de acessibilidade em uma biblioteca pública; após houve a tentativa de diagnosticar a acessibilidade de uma biblioteca que se localizasse no Centro de Porto Alegre (três bibliotecas foram visitadas), optando-se pela Biblioteca Pública do Estado. Com a participação da autora em um curso de extensão sobre audiodescrição, houve a tentativa de direcionar o trabalho nesse assunto. Contudo em março deste ano ocorreu a admissão da autora na Biblioteca Central Guilherme Mylius, no IPA e, em seguida, acolhendo a sugestão da orientadora, o foco ficou estabelecido aí, mas sem vistas à audiodescrição.

Na revisão de literatura foi estabelecida busca em um repositório universitário de cada estado do Brasil para ver como encontra-se o panorama da área de Biblioteconomia frente ao assunto acessibilidade, do ponto de vista da abordagem qualitativa. A busca foi delimitada em dois termos de pesquisa: Biblioteconomia e acessibilidade. No sul verificou-se no Lume<sup>3</sup> a recuperação de 10 ocorrências, mas destas apenas Silva; Estabel (2007)<sup>4</sup> foi relevante, de acordo com a abordagem qualitativa empregada. No sudeste foi feito um levantamento na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP<sup>5</sup>, não foi recuperado nenhum item com a associação da Biblioteconomia à acessibilidade. Na região Nordeste foi realizada uma busca na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UFPE<sup>6</sup>, onde foram encontrados 15 registros sobre acessibilidade, mas destes nenhum relacionado à Biblioteconomia.

---

<sup>3</sup> Lume: Repositório Digital da UFRGS, disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br>>.

<sup>4</sup> MORO, Eliane Lourdes da Silva; ESTABEL, Lizandra Brasil. **Leitura, biblioteconomia e inclusão social**, (2007).

<sup>5</sup> Disponível em: <<http://www.theses.usp.br/>>.

<sup>6</sup> Disponível em: <<http://www.bdt.d.ufpe.br>>.

Na região Norte a busca foi realizada na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UFAM<sup>7</sup> sendo encontrados apenas dois registros para acessibilidade, mas nenhum pertinente. E, por fim, na região Centro-Oeste, a busca foi realizada na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UNB<sup>8</sup> sendo que dos 35 resultados sobre acessibilidade, apenas Caselli (2007)<sup>9</sup> e Pimentel (2006)<sup>10</sup> falam sobre acessibilidade da informação e inclusão digital, respectivamente.

Assim, com base na revisão da literatura, verifica-se a relevância deste trabalho na tentativa de suprir a carência em pesquisas com abordagem qualitativa na área de Biblioteconomia em relação à acessibilidade. Com o intuito de sensibilizar a classe bibliotecária sobre esse tema que necessita de mais olhares e ideias para sair do campo do ideal e se tornar algo cada vez mais real nas bibliotecas.

## 1.2 Problema de pesquisa

O problema proposto ao estudo é: como a Biblioteca Central Guilherme Mylius do IPA possibilita a acessibilidade e a inclusão dos usuários com deficiência?

## 1.3 Objetivos

Buscando a obtenção de resultados satisfatórios para a pesquisa foram apontados os seguintes objetivos:

### 1.3.1 Objetivo geral

O objetivo geral do trabalho é demonstrar de que maneira a Biblioteca Central Guilherme Mylius do IPA proporciona acessibilidade e inclusão aos usuários com deficiência.

---

<sup>7</sup> Disponível em: <<http://bdtd.ufam.edu.br>>.

<sup>8</sup> Disponível em: <<http://bdtd.bce.unb.br>>.

<sup>9</sup> CASELLI, Brígida Carla Almeida. **Acesso à informação digital por portadores de necessidades especiais visuais**: estudo de caso do Telecentro Acessível de Taguatinga. Dissertação. Brasília: Universidade de Brasília, 2007.

<sup>10</sup> PIMENTEL, Maria das Graças. **A biblioteca pública e a inclusão digital**: desafios e perspectivas na era da informação. Dissertação. Brasília: Universidade de Brasília, 2006.

### **1.3.2 Objetivos específicos**

São objetivos específicos deste estudo:

- a) destacar a importância (o papel) das bibliotecas universitárias em uma instituição de ensino;
- b) discutir sobre a acessibilidade e a inclusão social;
- c) identificar se acessibilidade e inclusão aparecem na missão institucional, ou ainda, se existem outros documentos que tratem do assunto;
- d) verificar se existem e quais são os recursos e/ou serviços oferecidos pela Biblioteca Central Guilherme Mylius do IPA.

### **1.4 Metodologia**

Nesta subseção estão descritos os procedimentos metodológicos que orientaram o transcorrer desta pesquisa, visando alcançar os melhores resultados e rediscutir o tema da acessibilidade e da inclusão em bibliotecas universitárias.

Uma metodologia bem estruturada e desenvolvida pode proporcionar bons resultados ao estudo proposto, pois demonstra que a pesquisadora apreendeu e conseguiu aplicá-la adequadamente, conforme os ensinamentos adquiridos.

Se o estudo da metodologia, no decorrer da graduação, não for compreendido, aplicado e repensado, os alunos podem se tornar pensadores medíocres “[ . . . ] ao nível da manipulação das ideias gerais e péssimos pesquisadores, porque incapazes de qualquer observação que não seja de ordem intuitiva.” (THIOLLENT, 1985, p. 19).

Quando as pesquisas são bem executadas têm como objetivo motivar outras pesquisas a partir de questões mais aprimoradas, as quais podem ser o resultados das primeiras pesquisas.

Vergara (2009, p. X) ainda corrobora, dizendo que:

A adequação da construção e do uso de métodos de coleta de dados e informações no campo, de interação com o campo, pode fazer a diferença nos resultados alcançados por uma pesquisa. Afinal, ela deve responder ao

problema que suscitou e, além do referencial teórico, a escolha do método é de fundamental relevância.

Gil (2010, p. 1) ainda define uma pesquisa como sendo “[ . . . ] o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos”, fazendo uso da metodologia mais adequada por meio da “[ . . . ] utilização cuidadosa de métodos e técnicas de investigação científica.” (GIL, 2010, p. 1).

Desse modo, esta pesquisa tem cunho descritivo, analítico, pois, como Rudio (2011, p. 69) coloca, “o pesquisador procura conhecer e interpretar a realidade, sem nela interferir para modificá-la”, sendo essa a ideia deste trabalho, uma aproximação do objeto de estudo a fim de poder interpretá-lo, compreendê-lo e rediscuti-lo.

O procedimento técnico da pesquisa (delineamento) é o bibliográfico, pois há uma parte do trabalho “[ . . . ] dedicado à revisão bibliográfica, que é elaborada com o propósito de fornecer fundamentação teórica ao trabalho, bem como a identificação do estágio atual do conhecimento referente ao tema.” (GIL, 2010, p. 30)

A pesquisa também é documental, pois, como aponta Gil (2010), foram analisadas documentações da instituição (IPA), ou seja, material interno à organização, como por exemplo, documentos institucionais disponíveis eletronicamente, entre outros.

O trabalho também se dá na forma de estudo de caso, consistindo “[ . . . ] no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento [ . . . ]” (GIL, 2010, p. 37), pois o objeto deste estudo é a Biblioteca Central Guilherme Mylius.

Os estudos de caso podem necessitar de variadas técnicas para coletar dados, pois como, normalmente, possuem um único objeto de estudo, precisam tirar o máximo de informações dele, desse modo:

Os estudos de caso requerem a utilização de múltiplas técnicas de coleta de dados. Isto é importante para garantir a profundidade necessária ao estudo e a inserção do caso em seu contexto, bem como para conferir maior credibilidade aos resultados. Mediante procedimentos diversos é que se torna possível a triangulação, que contribui para obter a corroboração do fato ou do fenômeno. (GIL, 2010, p. 119).

A abordagem deste trabalho é qualitativa, pois não são privilegiados dados quantificáveis, ou seja, dados numéricos. A metodologia qualitativa ainda desafia o graduando a mostrar que sabe pensar de modo autônomo, colocando-se como

pesquisador de temas de sua área em diálogo com outras áreas do conhecimento, bem como operando com a lógica em que o processo é o mais importante.

#### **1.4.1 Objeto de estudo e sujeitos**

O objeto deste estudo é a Biblioteca Central Guilherme Mylius.

Como sujeitos do estudo foram escolhidas quatro pessoas, as quais foram divididas em dois grupos. Elas responderam uma entrevista semiestruturada (Apêndice A).

Os dois grupos foram definidos como: colaboradores/usuários da biblioteca e usuários e/ou funcionários externos à biblioteca, mas que utilizem a Biblioteca.

As pessoas do grupo dos usuários e/ou funcionários externos à biblioteca possuem algum tipo de deficiência e, por isso, foram selecionadas.

Os entrevistados foram divididos com base na sua representatividade: idade, sexo, usuários interno ou não da Biblioteca e tempo de vínculo do entrevistado com a Biblioteca e com a instituição.

Dentro dos dois grandes grupos, os de usuários ou não, ainda podem ser identificados: a seção por gêneros, masculino e feminino, e por faixa de idade, de 20 a 30 anos e a faixa de 40 a 50 anos.

Outro fator representado é o tempo de vínculo com a Biblioteca Central Guilherme Mylius e a instituição IPA, segmentando-se os grupos em vínculo recente (de 0 a 1 ano) e vínculo antigo (de 5 anos em diante, até o momento). A grande diferença dos grupos quanto ao tempo de serviço visa confrontar o que cada um dos segmentos entende e conhece sobre acessibilidade e inclusão na instituição.

#### **1.4.2 Procedimento de coleta de dados**

O presente estudo se utilizou de fontes documentais, de entrevistas e da observação como métodos e técnicas de coleta de dados. “Os estudos de caso executados com rigor requerem a utilização de fontes documentais, entrevistas e observações.” (GIL, 2010, p. 119).

As entrevistas permitiram obter o olhar do usuário sobre acessibilidade e inclusão na Biblioteca e na instituição. Os documentos permitiram verificar se o

assunto está em pauta na instituição. E as observações uniram todas as informações obtidas e permitiram fazer os registros fotográficos.

As entrevistas foram recolhidas e gravadas no mês de outubro. Entretanto, as observações, foram feitas entre os meses de setembro, outubro e até a metade de novembro de 2012.

As entrevistas foram realizadas tendo um roteiro semiestruturado das perguntas que eram abertas, permitindo que os entrevistados emitissem bem mais do que simplesmente um “sim” e “não” durante o processo.

O roteiro foi elaborado com perguntas de autoria própria e tentando contemplar os objetivos específicos e responder o problema de pesquisa na medida em que os entrevistados são usuários da Biblioteca e detém o conhecimento sobre a instituição.

Já as observações se deram de duas formas: *in loco*, ou seja, na própria Biblioteca, com registros fotográficos para corroborar e, também, pela observação do *site* institucional e da Biblioteca com o fim de encontrar indícios de acessibilidade e inclusão na missão institucional.

A entrevista foi escolhida para se tentar obter outro olhar, que não o de alguém técnico, sobre o objeto estudado (a Biblioteca), outra visão, verificar o ponto de vista do usuário, pois este é o elemento principal do trabalho e é para ele que as bibliotecas trabalham.

De acordo com Vergara (2009, p.2), a entrevista é referida como:

Um dos métodos mais utilizados quando se trata de coletar informações no campo, de interagir com o campo, é a entrevista. Ela tem, também, sido designada por procedimento, instrumento e por técnica. Quando adequadamente planejada, executada e interpretada pelo pesquisador, a entrevista, certamente, alimenta a investigação com informações coerentes e consistentes que têm grandes chances de conduzir o pesquisador a conclusões adequadas.

A entrevista serve como forma de coletar dados e consiste na interação de pessoas. Uma dessas pessoas “é a responsável por uma pesquisa ou alguém a quem a responsável delegue a tarefa de entrevistar. É a entrevistadora. Do outro lado, tem-se uma ou algumas pessoas que se dispõem a prestar informações necessárias à investigação em foco. São as entrevistadas.” (VERGARA, 2009, p. 3).

Pode-se dizer que entrevista é uma interação verbal, uma conversa, um diálogo, uma troca de significados, um recurso para se produzir conhecimentos sobre algo. Em geral, entrevistado e entrevistador não se

conhecem, logo, é no tempo da entrevista que estabelecem o relacionamento. Mas isso não é uma regra geral. Pode acontecer de entrevistado entrevistadores já se conhecerem e essa relação é capaz de até facilitar o encontro com o fim precípua de obtenção de informações para uma pesquisa. (VERGARA, 2009, p. 3).

Uma entrevista pode dar mais informações do que está sendo trocado através do diálogo entre entrevistador e entrevistado, ir além, pois nela o entrevistador pode perceber outros sinais, evidências que não foram verbalizadas, como aponta Vergara (2009, p. 3):

Entrevistas podem ser realizadas pessoalmente, o que é o ideal, porque permite ao entrevistador obter informações não verbais, ou seja, aquelas expressas pela postura corporal, tom e ritmo de voz, gestos e olhares do entrevistado, sinais faciais, como a palidez, o rubor, a transpiração. Tais informações não verbais podem sublinhar ou desdizer as informações verbais e, nesse sentido, podem ser bastante úteis ao entrevistador que se dispõe a ouvir, ler e concluir sobre a concatenação ou, ao contrário, sobre a disparidade dos dois tipos de informações.

As entrevistas foram realizadas individualmente, ou seja, um entrevistador e um entrevistado. O roteiro usado, com estrutura semiaberta, facilita “inclusões, exclusões, mudanças em geral nas perguntas, explicações ao entrevistado quanto a alguma pergunta ou alguma palavra, o que lhe dá um caráter de abertura.” (VERGARA, 2009, p. 9).

Além de obter a experiência narrada, “perguntas atreladas a um roteiro cuja estrutura seja semiaberta podem revelar não só a opinião do entrevistado acerca de algo, como seu nível de informação” (VERGARA, 2009, p. 9), sendo assim, um componente importante para o estudo.

Já a definição da observação, outro método utilizado neste trabalho, como bem coloca Vergara (2009, p.73), “aponta para o entendimento de que esse método sugere notar e meticulosamente fazer registros, seja de eventos, de condições físicas, comportamentos não verbais e/ou comportamento linguístico.”

A observação é um dos métodos científicos mais básicos, quase todo o estudo se inicia por meio dela, assim, “devemos considerá-la como ponto de partida para todo estudo científico e meio para verificar e validar os conhecimentos adquiridos.” (RUDIO, 2011, p. 39).

“Por parte do pólo investigador, a ‘observação’ é essencialmente um questionamento” (THIOLLENT, 1985, p. 23), pois não se trata do simples enxergar, é um ver, mas com emissão de análise, um parecer, ao passo que “[. . . ] o

observador tem a possibilidade de dar grande contribuição ao processo científico se sua observação for descrita, explicada compreendida com consistência e coerência, iluminada pelo referencial teórico que privilegiou.” (VERGARA, 2009, p. 74).

Desse modo, há um aprimoramento do problema em mente através da observação do objeto. Isso ocorre, pois, o objetivo da pesquisa é repensar o tema à luz de um determinado objeto e aperfeiçoar as questões iniciais. O pesquisador precisa mostrar que tem condições de autonomia no processo de repensar algo, de debater, de produzir pesquisa.

Os dados coletados pela observação somam-se aos demais dados obtidos, assim, “a evidência observacional é frequentemente útil para proporcionar informação adicional sobre o tópico sendo estudado.” (YIN, 2010, p. 136).

Thiollent (1985) ainda fala sobre a observação direta, onde “questionários e entrevistas são considerados como técnicas de observação direta pelo fato de estabelecerem um contato efetivo com as pessoas implicadas no problema de investigado.” Já a observação indireta “[ . . . ] consiste em análise de documentos ou de imagens relativos ao fato”, diz o mesmo autor. (THIOLLENT, 1985, p. 32).

Ainda de acordo com Thiollent (1985) as entrevistas semiestruturadas representam mais intensividade, pois são aplicadas em um número menor de pessoas, tendo perguntas de caráter mais aberto, que possibilitam maior profundidade nas respostas, e esse foi o método aplicado nas entrevistas realizadas para este trabalho.

### **1.4.3 Tratamento dos dados**

Os dados coletados foram tratados e analisados com o rigor necessário à pesquisa, na busca dos objetivos apontados e em resposta ao problema do trabalho.

As informações coletadas por observações, registros fotográficos e entrevistas foram analisadas e divididas em quatro categorias, de acordo com o referencial teórico da área.

As categorias de análise selecionadas são: acessibilidade espacial, acessibilidade atitudinal, acessibilidade informacional e comunicacional e recursos ou serviços encontrados no IPA ou na Biblioteca acerca do tema.

Em detrimento à estética, optou-se pela não correção de eventuais erros de português, a fim de preservar o conteúdo das entrevistas, que é fundamental para este estudo.

As leituras realizadas acompanhadas do referencial teórico estabelecido conduziram à análise que se encontra em capítulos subsequentes deste trabalho.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo aborda a parte teórica do presente trabalho, o qual serve de embasamento para a parte de análise da acessibilidade da Biblioteca Central Guilherme Mylius do IPA.

Os assuntos tratados nesta seção versam, basicamente, sobre: bibliotecas universitárias e seu contexto, acessibilidade e inclusão, recursos e/ou serviços que podem propiciar acessibilidade.

### 2.1 Bibliotecas universitárias: uma conexão com a pesquisa e o conhecimento

As bibliotecas universitárias fazem parte das tipologias de bibliotecas existentes. Elas são a extensão e parte fundamental das universidades e faculdades, criadas, principalmente, com o objetivo de atender a comunidade acadêmica e auxiliar na pesquisa e extensão de alunos, professores, entre outros.

Historicamente, Martins (2002) identifica que as bibliotecas universitárias nasceram na Europa, no período da Idade Média, concomitantemente ao surgimento das universidades, visto que estas figuram como um grande acontecimento do período, com destaque na França, para a criação da Universidade de Paris, a Sorbonne e, na Inglaterra a Universidade de Oxford.

Contudo, as bibliotecas criadas na Idade Média nada mais foram do que meras continuções daquelas que existiram na Antiguidade. A grande diferença se dava nos materiais que cada uma comportava (tabletes de argila, rolos de pergaminho, de papiro e *volumen*), pois ocorreram pequenas mudanças na organização social que se refletiram em tais bibliotecas. (MARTINS, 2002).

Além do que, Carvalho (2004) e Martins (2002) apontam que, até a Renascença, as bibliotecas mantinham vínculo religioso, bem como, não estavam à disposição de qualquer um, sendo assim, somente membros religiosos ou sagrados podiam acessá-las. Estavam mais para depósitos, esconderijos de livros, do que para as bibliotecas tal qual conhecemos atualmente.

Desse modo, a concepção de leitor que entendemos hoje em dia não existia na realidade da Antiguidade até a Idade Média, pois essa é uma ideia moderna.

Vagarosamente que a grande massa foi se instruindo e aprendendo a ler. (MARTINS, 2002).

Então, Martins (2002) indica que no contexto medieval, boa parte das universidades foram criadas como prolongamentos das ordens de igrejas, pois franciscanos e dominicanos estavam ligados à origem de muitas delas.

Mas, é no período Renascentista que Martins (2002) nota que as bibliotecas começaram a ganhar o contorno moderno, o sentido que temos hoje, juntamente com o crescimento das riquezas materiais de tais instituições, e o então aparecimento da profissão de bibliotecário.

Martins (2002) ainda comenta que do século XVI até hoje as bibliotecas passaram por muitas mudanças e evoluções (embora ainda continuem), mas podemos identificar quatro das principais, que foram: a laicização, a democratização, a especialização e a socialização.

Feita essa abordagem histórica, apontando o surgimento, a evolução e algumas mudanças históricas das bibliotecas universitárias, percebe-se que agora “[. . .] a biblioteca passa a gozar, nos tempos modernos, do estatuto de instituição leiga e civil, pública e aberta, tendo o seu fim em si mesma e respondendo a necessidades inteiramente novas.” (MARTINS, 2002, p. 323).

Diante desse novo paradigma moderno, advêm essas novas necessidades geradas pelas pessoas que começam a ser grandes consumidoras de informação buscando sanar suas necessidades informacionais e passando a ingressar cada vez mais nas universidades.

Hoje, as bibliotecas universitárias vêm solidificando seu papel básico, que é o de fomento às pesquisas. Milanesi (1983, p. 64) afirma que as bibliotecas universitárias são de total importância, pois elas servem “[. . .] para alimentar a pesquisa, um dos elementos fundamentais sem o qual não existe, de fato, o ensino superior.”

Nos espaços universitários, a pesquisa está fortemente ligada aos programas de pós-graduação, sendo que estes:

[. . .] vêm desempenhando papel central na consolidação dos centros de pesquisa científica e também na capacitação técnica do setor produtivo, constituindo, no conjunto, um ciclo virtuoso que sustenta o avanço tecnológico. (AGRASSO NETO; ABREU, 2009, p. 39).

Para Carvalho (2004) as bibliotecas universitárias também são espaços de comunicação pedagógica, que incorporam novas tecnologias ao processo de produção e socialização de conhecimento, dando mais valor a esse ciclo do fluxo da informação e conhecimento.

Assim sendo, “os ambientes universitários estão associados à produção e disseminação do conhecimento, destacando-se a informação como um dos elementos relevantes neste processo.” (MAZZONI, et al, p. 29, 2001).

Milanesi (1983, p. 69) reforça o que foi supracitado ao dizer que as bibliotecas universitárias devem ser a “[ . . . ] concretização da atualização permanente do conhecimento. Cabe à universidade atuar no sentido de estar nas fronteiras do conhecimento para poder ampliá-lo.”

Ou seja, é nas bibliotecas universitárias que a informação está latente e circulando em maior quantidade, pronta para suscitar conhecimento, propiciando que alguém gere um material científico, que outro alguém usará, renovando esse ciclo de pesquisa e fluxo de informação e conhecimento.

Vale lembrar que “uma biblioteca está aberta não apenas para emprestar livros para aqueles que não dispõem de recursos para adquiri-los, mas para abrir ao infinito as possibilidades de acesso à informação.” (MILANESI 1983, p. 64).

Administrativamente falando

[ . . . ] a biblioteca universitária já nasce subordinada a uma instituição de ensino superior, com a função específica de apoiar as atividades desta instituição. Seu papel é contribuir decisivamente para o ensino, a pesquisa e a extensão, assumindo, assim, a função social de fornecer e promover a disseminação da informação, para o desenvolvimento da educação, da ciência e da cultura. (BURIN; LUCAS; HOFFMANN, 2004).

Apesar de toda essa importância dada às bibliotecas universitárias, ainda há instituições que alegam a existência de muitos empecilhos, e possuem o discurso pronto de que a biblioteca não pode melhorar por falta de condições e recursos. Milanesi (1983, p. 12) faz suas considerações a respeito:

Uma justificativa para a precariedade da situação é atribuída, com frequência, ao subdesenvolvimento, palavra que até justifica as deficiências seculares do país. No entanto, torna-se difícil entender o desenvolvimento econômico-social sem que sejam afiados os instrumentos educativos. Não será uma nação desenvolvida que aprimorará o seu sistema educacional, mas a prioridade ao ensino, à circulação de informações, à pesquisa é que propiciará alcançar novos estágios de desenvolvimento. Nesse investimento no ensino e na pesquisa, as bibliotecas deverão ter o incremento compatível ao seu papel. Qualquer projeto na área só chegará ao seu objetivo se tiver

uma política de informação que permita o acesso a ela sem restrições. Nas áreas mais desenvolvidas do país existem exemplos de bibliotecas que cumprem a sua função, mantendo acervos atualizados e serviços eficientes.

As bibliotecas universitárias podem ser potencializadas quando bem utilizadas, pois assim, há uma divulgação delas devido ao seu uso e desse modo propiciariam “[ . . . ] um serviço coletivo de informação pelo qual todos deveriam se interessar e exigir serviços à altura das exigências da instituição.” (MILANESI, 1983, p. 68).

“Enfim, a universidade e a biblioteca refletem-se. Uma medida de qualidade de uma instituição de ensino superior é a excelência de sua biblioteca. Ela, talvez, possa ser considerada determinante da qualidade.” (MILANESI, 1983, p. 72).

Almeida Júnior (1997) e Milanesi (1983) ainda complementam com a afirmativa de que nada adianta, não há serventia em bibliotecas bem estruturadas, com bons profissionais, se o foco não estiver no usuário, ou o contrário, uma biblioteca universitária medíocre, com péssimos profissionais, servindo de base para uma universidade de alto padrão, é impossível ocorrer tal fato, já que universidade e biblioteca estão intrinsecamente ligadas. O usuário deve ser o âmago das bibliotecas universitárias, bem como de qualquer outro tipo de biblioteca.

Almeida Júnior (1997) e Milanesi (1983) ainda comentam que a informação deve ser democratizada nas bibliotecas, de forma que todos possam utilizá-la.

Se a informação é para todos, o foco deve ser no usuário, que pode ser um aluno, professor, funcionário ou visitante, eles devem ter acesso a todos os espaços universitários, inclusive às bibliotecas universitárias, nada mais justo do que as PcDs usufruírem desses mesmos direitos como qualquer outro usuário universitário.

Para todas as pessoas, ter o acesso à informação é parte indissociável da educação, do trabalho e do lazer, e isso, naturalmente, também se aplica às pessoas portadoras de deficiência. São as pessoas que constroem o conhecimento, gerando informação, e esta diferença de posição, de agente passivo a agente ativo do conhecimento, corresponde a uma grande diferença qualitativa, como é observado, ao longo da história humana, com o desenvolvimento das linguagens simbólicas para comunicação com os surdos (língua de sinais) e com os cegos (código braille). Podemos, portanto, dizer que a qualidade da informação e, conseqüentemente, a produção e a disseminação do conhecimento estão relacionadas também com a acessibilidade. (MAZZONI, et al, p. 29, 2001).

Diante desse contexto de produção e difusão do conhecimento nas instituições de ensino superior todos devem ter acesso espacial e informacional, principalmente nas bibliotecas universitárias, se farão uso ou não desses espaços

isso é outra questão, mas isso é uma escolha é das PcDs, que possuem os mesmos direitos que todos cidadãos.

A informação tem que ser livre, acessível, por isso as bibliotecas universitárias também devem fazer parte da busca pela inclusão das PcDs, pois toda e qualquer pessoa tem direito à informação e necessitam ser incluídas nesses espaços, “o acesso livre à informação é um exercício de liberdade que se desdobra infinitamente.” (MILANESI, 1983, p. 52).

“É impossível pensar biblioteca hoje sem que se considere a liberdade de acesso à informação como um direito humano. E ainda: que essa liberdade seja uma das condições básicas para o exercício do pensamento criador. Há um círculo perpétuo: a informação produzida é organizada e colocada à disposição de um determinado público. Este tem acesso aos dados, combinando-os, fazendo análise e crítica. Esta ação pode gerar um novo produto informativo que, por sua vez, deve ser integrado num serviço que permite o acesso do público.” (MILANESI, 1983, p. 97).

Milanesi ainda afirma que a informação é uma forma de poder, assim “o acesso às informações, os conflitos e as sínteses, são os passos fundamentais na busca de um novo modo de fazer, de agir, de pensar, de criar, de ser.” (MILANESI, 1983, p. 98). Desse modo as bibliotecas universitárias poderiam ir além do seu papel, pois incluindo as PcDs possibilitam que estas exercitem e tornem-se cidadãs de fato.

## **2.2 Acessibilidade: a porta de entrada para a inclusão**

A acessibilidade é um assunto que lentamente vem ganhando cada vez mais voz e espaço na sociedade. Alguns pontos históricos colaboraram para que a sociedade brasileira começasse a prestar mais atenção nesse assunto:

Desde o final do regime militar e da promulgação da Constituição de 1988, verifica-se uma grande ampliação da ação social autônoma na sociedade civil brasileira. Pelo menos dois fatores contribuem para isso: o primeiro é o fato de que os avanços, em termos de democratização política, não estão sendo acompanhados da redução da pobreza e das desigualdades sociais; muito pelo contrário, as oportunidades e as necessidades de ações sociais só têm crescido; o segundo fator é a crescente transferência de responsabilidades de parte do governo federal para as organizações da sociedade civil no tocante ao enfrentamento da problemática social. (ARMANI, 2009, p. 14).

Diante desse contexto surgem algumas políticas sociais, assistencialismos, de ordem governamentais ou não, para minimizar a problemática social, ajudar

aquelas pessoas, ou categorias que são consideradas por Castel (2008) e Demo (1998) como de indivíduos que, por algum motivo, não conseguem se manter por si só, há algum impeditivo que não colabora para sua plena autonomia social, como por exemplo, a situação das pessoas com deficiência, idosos, crianças, sem contar outras minorias sociais (que não são temática deste trabalho).

Partindo dessa premissa, essas pessoas ficariam marginalizadas, excluídas socialmente, pois não teriam condições de se manter por si mesmas se não houvesse nenhum tipo de ajuda, visto que a exclusão também está “[ . . . ] estreitamente ligada à solidão e à desagregação social [ . . . ]” (DEMO, 1998, p. 20).

Frente a esse panorama, duas questões figuram uma íntima ligação: “a questão da exclusão torna-se então a ‘questão social’ por excelência” (CASTEL, 2008, p. 21).

Castel (2008, p. 33) ainda corrobora dizendo que “o pensamento da exclusão e a luta contra a ‘exclusão’ correspondem, assim, finalmente a um tipo clássico de focalização da ação social: delimitar zonas de intervenção que podem dar lugar às atividades de reparação.”

Toda a preocupação que é demonstrada nessas ações assistencialistas é muito importante sob o mote social, mas elas devem ser acompanhadas de políticas de inclusão por meio da acessibilidade para que se tornem eficazes.

As políticas inclusivas oferecem mais do que assistencialismo “[ . . . ] porque a inclusão exige muito mais do que assistência, sobretudo, inserção laboral e supremacia da cidadania.” (DEMO, 1998, p. 11).

Sob esse ponto de vista, poderiam ser tratadas políticas preventivas e não exclusivamente políticas paliativas e reparadoras, e isso, só se concretiza com o emprego da acessibilidade, que traz o “pensar”, o “prever”, e não somente o remediar depois de que algo acontece.

Mittler (2003) defende uma educação escolar inclusiva, partindo de um processo de reforma organizacional e curricular nas escolas para atender as crianças com deficiências, com a remoção de barreiras. Assim, poderiam existir sistemas educacionais mais inclusivos que favoreceriam uma educação para a cidadania global.

Mas essa mudança pode ser ampliada e aplicada em qualquer âmbito, pois a inclusão é política que motiva a outras práticas. Através dela há um olhar sem

preconceitos, com o reconhecimento e valorização das diferenças, garantindo acesso a oportunidades, impedindo a segregação, o isolamento, e enxergando que a diversidade e a diferença são próprias do ser humano, que é singular e único por natureza.

A união da diversidade e da diferença contribui para uma pluralidade de possibilidades e avanços sociais. Cuty (2012, p. 23) fala melhor sobre diversidade e diferença unidas para o bem na sociedade:

Diferença e diversidade são conceitos distintos que podem caminhar juntos. Por diferença tomaremos a imagem das características de determinada etnia, de um indivíduo seguidor de determinada religião e mesmo de uma pessoa com deficiência visual, auditiva, motora ou intelectual. Podemos dizer que a diferença nos mostra uma visão de mundo de cada um de nós e mais do que isso. No confronto entre as diferenças, teremos a diversidade de formas, portanto social e cultural.

Por meio do balizamento de políticas inclusivas e do sentido ético de que fazemos parte de coletivos, a inclusão se torna ação, mudança, e as mudanças podem ser observadas no comportamento humano.

“Deve atentar-se para o comportamento, e com exatidão, pois é através do fluxo do comportamento – e ou, mais precisamente, da ação social – que as formas culturais encontram articulação.” (GEERTZ, 1978, p. 27).

Seguindo essa linha de pensamento, a acessibilidade pode ser entendida também como uma nova forma de cultura, ou um novo comportamento da atual sociedade moderna, que busca a inclusão da PcDs.

Esse novo comportamento social faz com que os olhos das pessoas parem de focar somente no seu entorno, no seu “micromundo” e olhem para o macro, enxergando as PcDs que ficaram marginalizados por muito tempo.

Sabe-se que a acessibilidade está relacionada com a prática da inclusão, que se refere à possibilidade de participação das pessoas na sociedade em condições de igualdade e sem discriminação. Para tanto é necessário garantir total acesso aos mais variados locais e atividades, eliminando as diversas barreiras existentes que comprometem a participação de todos. (CARDOSO, 2012, p. 44).

Cuty (2012, p. 18) afirma que nessa luta, não só pela acessibilidade em bibliotecas, mas também, pelo acesso aos demais ambientes culturais, “[ . . . ] o que se preserva ou que se busca preservar são condições de interação entre sujeitos, assim como entre sujeitos e objetos/lugares.”

Além do que a inclusão social das PcDs pode “[ . . . ] ajudar na recuperação da auto-estima e da dignidade humana de setores sociais excluídos; podem ainda contribuir para a defesa de direitos adquiridos ou para a criação de novos direitos [ . . . ] em prol da elevação da qualidade de vida e do fortalecimento da cidadania dos setores excluídos da sociedade brasileira.” (ARMANI, 2009, p. 15).

Diante desse panorama, a luta pelos direitos das PcDs e sua inclusão social acaba por beneficiar não só a eles, e sim a todos, pois são estimuladas as trocas de conhecimentos e saberes entre todas as pessoas e entre os lugares e as pessoas, fazendo com que haja soma nessas interações.

E, com o aporte dos governos e a criação de legislações tudo se torna mais palpável e possível de se garantir, já que “as leis representam um caminho para a promoção e a garantia de igualdade social.” (BRASIL, 2006, p. 9).

Podemos iniciar pela menção à própria Constituição Brasileira, que vigora desde 1988, onde em seu capítulo 1, no artigo 5º, há a afirmativa de que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se [ . . . ] a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.”

Em 2000, foi promulgada a Lei nº 10.098 que fala sobre as normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das PcDs e das pessoas com mobilidade reduzida. Nela há o estabelecimento da acessibilidade como sendo a:

Possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Promovendo a acessibilidade tratamos de dar as condições de independência com a devida segurança às PcDs de forma que suas diferenças ou limitações não se sobressaltem frente as suas habilidades.

A acessibilidade é um direito da humanidade, mas que para seu exercício e incorporação na vida de todos precisou ganhar a atenção dos governos para que estes tomassem as medidas cabíveis e lutassem pelo cumprimento dela através de legislações e normativas, mesmo sendo nítido que:

Direitos humanos, democracia e acessibilidade são indissolúveis, pois representam o respeito e a valorização da diversidade humana, como instrumento de bem-estar e de desenvolvimento inclusivo. Para ser cidadã ou cidadão, cada pessoa, única e singular, precisa conviver com toda a

sociedade e oferecer a todos o seu saber e as suas habilidades, em uma troca de permanente aperfeiçoamento. Essa é a razão da legislação de acessibilidade para pessoas com deficiência, pessoas com mobilidade reduzida, que incluem gestantes, mulheres que estão amamentando e pessoas com crianças de colo, obesos, além de uma parcela das pessoas idosas. (BRASIL, 2006, p. 9).

Desse modo, a acessibilidade faz com que todos possam ser considerados cidadãos de verdade tendo seus direitos assegurados e garantidos, já que estão respaldados pela força da lei, podendo participar ativamente de decisões políticas e sociais, pois:

Se não tivermos, por exemplo, o direito assegurado de participar das decisões políticas de um país, seremos privados de nossos direitos humanos fundamentais de vez e voz sobre a constituição de um Estado que nos representa. Pior do que isso, estaremos privados de representação da nossa identidade cultural num panorama macrossocial e político. (CUTY, 2012, p. 22).

Sem o emprego da acessibilidade e da inclusão as pessoas acabariam sendo desapossadas de suas singularidades e achatadas pelo que é tido como normal, em uma “média harmônica” que não os inclui e nem representa, ficando sem voz e nem direito, sem se reconhecer frente a tantos iguais, sem sua identidade.

É importante ressaltar que todos somos pessoas potencialmente deficientes, por inúmeros fatores, como bem coloca Sarraf (2012, p. 62):

Também é necessário considerar que todos nós, independente de classe social ou desenvolvimento intelectual, somos potenciais pessoas com deficiência e mobilidade reduzida. Além do aumento da expectativa de vida que traz consigo dificuldades de locomoção, doenças mentais e perda progressiva dos sentidos, a violência urbana e a dinâmica das metrópoles colocam nossos corpos em situações de risco que podem causar perda de visão, audição, mobilidade e saúde mental. É possível notar o grande número de jovens com deficiência física que adquiriram deficiência em acidentes de automóvel ou na prática de esportes ‘radicais’, o aumento do número de pessoas com deficiência visual causadas por balas perdidas ou assaltos à mão armada e o aumento de pessoas com paralisias por conta de doenças cardiovasculares impulsionadas pelo estresse da vida cotidiana.

De acordo com a Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para Pessoas Portadoras de Deficiência e Pessoas Portadoras de Altas Habilidades no RS, a FADERS (2005), baseado no Centro de Documentação e Informação do Portador de Deficiência (CEDIPOD), a Organização das Nações Unidas (ONU) estima que 450 milhões de pessoas no mundo estejam com algum tipo de deficiência. Dessas pessoas cerca de 12 milhões são brasileiras, ou seja,

uma em cada dez pessoas, equivalendo a 10% da população nacional que possui alguma deficiência.

A FADERS (2005) ainda menciona que, de acordo com o censo efetuado pelo IBGE em 2000, 14,5% da população brasileira tem algum tipo de deficiência, o que corresponde próximo a 24,5 milhões de pessoas. Essas deficiências surgem de acidentes domésticos, que correspondem a um mínimo de 20 milhões por ano, deixando 110.000 pessoas com deficiências irreversíveis; acidentes de trânsito, que deixam mais de 10 milhões de feridos por ano, muitas vezes em estado grave (gerando amputações, lesões cerebrais, paraplegia e quadriplegia, etc.); além de doenças incapacitantes, onde 20 milhões de pessoas têm hanseníase e, a subnutrição atinge cerca de 250.000 crianças por ano e é mais comum em países que estão em desenvolvimento, podendo deixar as crianças cegas por causa da insuficiência de vitaminas no corpo.

Porém, de acordo com o censo demográfico de 2010 do IBGE (*on-line*) há novos dados que apontam um aumento das PcDs no Brasil. Cerca de 46 milhões de brasileiros (mais ou menos 24% da população), declarou que possui alguma deficiência seja mental, auditiva, motora, ou visual, sendo o maior grupo o de mulheres. Dentre tantos dados é bastante revelador o quesito idade e deficiência. O censo apontou que cerca de 7,5% de crianças de 0 a 14 anos possuem algum tipo de deficiência; 24,9% na faixa dos 15 a 64 anos e o maior percentual se encontra nos idosos com cerca de 67,7% da população com 65 anos ou mais de idade respondendo que tem alguma deficiência.

Esses dados servem para mostrar a alta parcela da população brasileira que se diz possuidora de deficiências, sejam estas temporárias ou permanentes, e mais, a alta parcela de idosos deficientes, devido ao aumento da expectativa de vida.

Pensando positivo, quem ainda não possui nenhuma deficiência deve se preparar para viver por muitos anos devido ao avanço da expectativa de vida que vem aumentando. Por isso, todos nós devemos pensar na acessibilidade como natural e fundamental, pois, necessitaremos de ambientes acolhedores e acessíveis, que permitam nossa autonomia e equiparação com os demais indivíduos, permitindo uma vida melhor.

### **2.2.1 Desenho universal**

O desenho universal, ou também chamado desenho para todos, chegou para preencher a lacuna entre teoria e prática na área de projeto de espaços e objetos e propiciar de fato a acessibilidade às PcDs e pessoas com mobilidade reduzida oferecendo produtos e espaços que possam ser usados por todos.

Efetivamente, a aplicação do desenho universal minimiza a discriminação, já que “significa para o usuário a garantia de que ele pode desfrutar dos ambientes sem receber um tratamento discriminatório por causa de suas características pessoais.” (CAMBIAGHI, 2011, p. 83).

Cambiaghi (2011, p.77) reforça o supracitado ao falar que:

Em um espaço acessível (ambiente urbano ou edificação) todos os usuários podem ingressar, circular e utilizar todos os ambientes e não apenas parte deles isso porque [ . . . ] a essência do desenho universal está no propósito de estabelecer acessibilidade integrada a todos, sejam ou não pessoas com deficiência.

Através do desenho universal os ambientes culturais, como as bibliotecas, bem como todos os demais ambientes podem se tornar “[ . . . ] acessíveis e atrativos para todas as pessoas, considerando diferentes formas de percepção, comunicação, locomoção e compreensão são necessárias novas diretrizes de pensamento e atuação que proporcionem proposições inclusivas: adequações arquitetônicas baseadas no Desenho Universal [ . . . ]” (SARRAF, 2012, p. 64). Assim, as PcDs e pessoas com mobilidade reduzida podem transitar e usufruir com plenitude de tais ambientes, sem precisar sofrer, pois as barreiras são eliminadas desses espaços.

É importante salientar que a proposta do desenho universal é permitir que um grande número de pessoas possa fazer uso dos espaços sem qualquer tipo de restrição ou ato discriminatório.

É dentro desta perspectiva, do desenho para todos, que se considera hoje a acessibilidade, lembrando-se sempre que a proposta não é criar espaços e ambientes separados, para uso exclusivo das pessoas portadoras de deficiências, o que seria uma outra forma de discriminação, e sim, desde o projeto, pensar em sistemas e ambientes que possam ser utilizados por todos. (MAZZONI, et al, p. 30, 2001).

De acordo com o Decreto nº 6.949 que promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência o desenho universal significa:

A concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados, na maior medida possível, por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou projeto específico. O “desenho universal” não exclui as ajudas técnicas para grupos específicos de pessoas com deficiência, quando necessárias.

“Quando uma pessoa com deficiência está em um ambiente acessível, suas atividades são preservadas, e a deficiência não afeta suas funções. Em uma situação contrária, alguém sem qualquer deficiência colocado em um ambiente hostil e inacessível pode ser considerado deficiente para o espaço.” (CAMBIAGHI, 2011, p. 23).

Em uma sociedade que quer ser justa e inclusiva a acessibilidade e a inclusão possuem inerente ligação, pois como coloca Cambiaghi, (2011, p. 35):

[ . . . ] a acessibilidade aos ambientes construídos e à área urbana surge como atributo imprescindível a uma sociedade que quer ser inclusiva, isto é, que planeja que todos possam desfrutar das mesmas oportunidades. Em outras palavras, para que as ações de inclusão possam ser verdadeiramente relevantes, devem promover não só a equiparação de oportunidades, mas a acessibilidade a todos, sem esquecer os idosos, a população com baixa escolaridade, aqueles que têm impedimentos ou limitações intelectuais ou mentais, físicas, sensoriais, motoras ou apresentam mobilidade reduzida, sejam elas permanentes, sejam temporárias.

De acordo com o Governo de São Paulo (2010) quanto à classificação ou contextualização do público-alvo que mais necessita do desenho universal temos:

- a) pessoas com mobilidade reduzida ou com alguma deficiência: idosos, gestantes, crianças, obesos, usuários de próteses e órteses, pessoas que estejam carregando pacotes, entre outros;
- b) usuários de cadeiras de rodas: que podem ser paraplégicos, tetraplégicos, hemiplégicos, pessoas com membros amputados, idosos, entre outros;
- c) pessoas com deficiências sensoriais: aqueles que tem alguma limitação visual, auditiva ou da fala;
- d) pessoas com deficiência cognitiva: aqueles que apresentem alguma dificuldade de aprendizado e dificuldade de habilidade adaptativa.

No Brasil, um bom exemplo da aplicabilidade do desenho universal aparece por parte do Governo do Estado de São Paulo que, desde 2008, vem adotando na prática, conceitos do desenho universal nos programas de habitações populares da cidade, dando um certo ar de pioneirismo, pois se trata de um assunto que é mais contemporâneo no país. Eles aplicaram o pensamento de que:

O direito à habitação não deve prescindir da liberdade e igualdade de utilização por todos usuários. Uma moradia digna contempla as necessidades do ser humano em todas as etapas e circunstâncias da vida. Por isso, quando falamos em habitação inclusiva, referimo-nos a um conceito muito mais amplo do que a simples adaptação de imóveis para atender situações específicas, como dificuldade ou incapacidade de locomoção, deficiência visual, auditiva ou de qualquer natureza. Falamos de uma casa e seus arredores concebidos **para todas as pessoas e por toda a vida**. [ . . . ] Democratizar, facilitar, simplificar o uso e promover a segurança nos espaços privativos dos imóveis e nas áreas de uso comum, inclusive nos acessos às vias públicas e aos equipamentos urbanos. [ . . . ] para atender as expectativas e necessidades de todos os públicos. (SÃO PAULO, 2010, não paginado, grifo do autor).

E, esse pensamento pode ser empregado para todo e qualquer tipo de projeto e/ou construção, não só para aqueles que se referem aos de habitações, contribuindo, assim, na ampliação dos direitos do cidadão, oferecendo qualidade, além de conforto e segurança aos utilizadores destes espaços pensados e concretizados com o uso do desenho universal.

### **2.2.2 Tecnologia assistiva: um recurso à acessibilidade**

O uso da informática vem, cada vez mais, se tornando fundamental na comunicação e na realização de trabalhos laborais e, até mesmo, em atividades de lazer. Com isso, seu uso vem se expandindo e se desenvolvendo de tal forma que se tornou um recurso propiciador de acessibilidade, através da tecnologia assistiva.

A tecnologia assistiva é um recurso que auxilia as PcDs na realização de suas atividades cotidianas com o uso de mecanismos ou serviços tecnológicos.

Ocorreu assim, principalmente nos últimos anos em que o uso da informática e suas aplicações sofreu grande desenvolvimento, uma evolução no conceito de acessibilidade. Partindo-se, portanto, do movimento do projeto livre de barreiras, no espaço físico (edificações, espaços urbanos, transportes, saúde, lazer), chegou-se ao que é hoje conhecido como desenho para todos (*designing for all* ou *universal design*), movimento que engloba tanto aspectos do mundo físico como do mundo digital (redes de computadores e sistemas de comunicações). Um produto ou sistema projetado sob o conceito de desenho para todos incorpora características que, além de permitir a sua utilização por pessoas portadoras de deficiência, tornam o seu uso muito mais fácil e confortável para todos os usuários. (MAZZONI, et al, p. 30, 2001).

De acordo com a Secretaria de Direitos Humanos (BRASIL, *on-line*, 2007) a tecnologia assistiva pode ser entendida como:

[ . . . ] uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação, de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social.

Assim, a tecnologia assistiva é uma junção de várias áreas do conhecimento em prol da melhoria das condições de vida das PcDs e pessoas com mobilidade reduzida, mas que também acaba por beneficiar aqueles que não possuem deficiência, pois oferece qualidade, autonomia e conforto a todos.

Com a tecnologia assistiva as PcDs ganharam mais expectativas em relação ao lazer, estudos e no exercício do trabalho além de maior possibilidade de socialização e inclusão social, como coloca a autora Consoni (2012, *on-line*):

Chegou o momento das novas tecnologias serem os instrumentos de trabalho, estudo e lazer das pessoas com necessidades especiais, oferecendo conhecimentos, autonomia e diversão, tornando possível com a utilização dessas tecnologias o acesso a uma liberdade que até então não passava de sonhos.

E as bibliotecas para não deixarem de lado e atenderem também às PcDs e pessoas com mobilidade reduzida, podem fazer uso de tecnologia assistiva e oferecer e disponibilizar para os seus usuários sintetizadores de voz, lupas eletrônicas, entre outros recursos, cujos os quais podemos citar alguns deles que surgiram com o aprimoramento da tecnologia assistiva associada a outros campos do conhecimento:

[ . . . ] sintetizadores de voz, reconhecimento de fala, lupas eletrônicas, linhas braile, simuladores de *mouses* e teclados com controle sensíveis a ações voluntárias tais como sopro, pressão, movimento da cabeça etc., de forma tal que hoje se pode dizer que as limitações quanto ao acesso às informações e ao conhecimento a que uma pessoa está sujeita estão inversamente associadas à tecnologia que é colocada à sua disposição: quanto mais completa for essa tecnologia, menores serão as suas limitações. (MAZZONI, et al, p. 30, 2001).

Ao oferecer às PcDs algum produto ou serviço baseado na tecnologia assistiva estamos pensando nelas como indivíduos e contribuindo

[ . . . ] para uma qualidade de vida satisfatória. Uma das maneiras de proporcionar a este público tais condições é a utilização de estratégias que auxiliem, compensem ou promovam a funcionalidade dos sujeitos, sendo que a tecnologia assistiva pode contribuir de forma pró-ativa para que este fato se constitua. (SILVA, 2011, p. 18).

O foco da tecnologia assistiva são as pessoas, ela não tem um fim em si mesma e, por isso, o objetivo para Consoni (2012, *on-line*) é:

[ . . . ] proporcionar às pessoas com necessidades especiais, melhor qualidade de vida, maior independência e uma inclusão social com maior mobilidade, melhor ampliação da comunicação, controle dos seus desejos e sentimentos, melhor aprendizado, integração familiar e na sociedade.

A utilização da tecnologia assistiva acaba favorecendo também às pessoas que estão próximas às PcDs, principalmente os familiares e amigos que costumam passar mais tempo em contato com elas, pois ao torná-las mais independentes a interação entre todos não vai girar em cima da deficiência e sim na troca de informação e conhecimentos entre eles.

Com isso dar condições, desenvolvendo novas técnicas é uma maneira de amenizar os problemas causados pelas deficiências e colocar o indivíduo em contato com o mundo, para que ele possa transformar o seu potencial em aprendizagem, através desses recursos ele estará interagindo e tendo a oportunidade de expressar seus pensamentos e derrubar o preconceito muitas vezes existente. Com a acessibilidade às tecnologias assistivas, as pessoas terão melhor qualidade de vida a que todos têm direito, tornando a vida mais fácil e prazerosa. A utilização dessas tecnologias permite às pessoas aumentarem suas fontes de (in)formação, exercendo atividades alternativas, construindo uma vida com maior significado. (CONSONI, 2012, *on-line*).

Criando uma situação hipotética com PcDs, mas possível, seria o caso de um usuário cego buscando algum auxílio para encontrar informações em alguma biblioteca. Como a biblioteca pode tornar acessível a informação para ele? É simples:

A biblioteca pode se utilizar dos benefícios dos *softwares*, os quais permitem que os deficientes visuais possam usufruir da tecnologia para se tornarem mais interativos e independentes quando buscam por informações e conhecimento. Os leitores de tela são programas que interagem com o sistema operacional do computador, capturam as informações textuais e as transformam em resposta falada, através do uso do sintetizador de voz. O usuário pode ouvir o que está sendo demonstrado à medida que navega pelo sistema e executa comandos. (FIALHO; SILVA, 2006, p.163)

O uso da tecnologia assistiva no cotidiano das PcDs é importante e enriquecedor “pois é através dessas técnicas que as pessoas podem agir e interagir, compartilhando ideias e superando barreiras e assim construindo uma sociedade com respeito a todos” (CONSONI, 2012, *on-line*), além de ficar clara a imensa capacidade humana e criativa de tentar superar problemas diante de situações

inusitadas e desafiadoras criando contextos adaptativos que acabam por ajudar a sociedade e melhorar as relações.

O próximo capítulo do trabalho traz o contexto da Biblioteca Central Guilherme Mylius e a análise da acessibilidade dela através do olhar dos usuários entrevistados e suas experiências vividas no IPA em confronto com a missão da Rede Metodista de Educação do Sul e a identificação de sua política.

### 3 BIBLIOTECA CENTRAL GUILHERME MYLIUS

A Biblioteca Central Guilherme Mylius é o contexto de estudo e o objeto do presente trabalho, sendo o local de onde foram coletadas informações para a sua posterior análise.

A Biblioteca Central Guilherme Mylius encontra-se no campus do Centro Universitário Metodista IPA, tendo como endereço a Rua Joaquim Pedro Salgado nº 80, localizada no bairro Rio Branco, na cidade de Porto Alegre, no RS.

De acordo com Bresolin (2010), as bibliotecas universitárias já se originam subordinadas a uma Instituição de Ensino Superior (IES) e, ficam condicionadas às finalidades dessa instituição e, também, acompanham as tendências relacionadas ao campo do conhecimento e da educação.

Assim sendo, com a Biblioteca Central Guilherme Mylius não é diferente, ela está subordinada a uma IES, o Centro Universitário Metodista IPA, mais conhecido pela sua abreviatura IPA, tendo como sua mantenedora a Rede Metodista de Educação do Sul, a qual a instituição IPA pertence.

Mas, de acordo com o *site* institucional<sup>11</sup>, foi em setembro de 2004 que houve uma transformação da Faculdade Metodista IPA em Centro Universitário Metodista, com vistas a atender o mercado acadêmico novo que estava surgindo.

Em seu estudo, Vanz (2006, p. 218) identificou o perfil dos usuários da Biblioteca Central:

O perfil do usuário da Biblioteca Central demonstra que a maioria são alunos que estudam à noite e trabalham durante o dia. Esse foi um dos motivos que impulsionou a idéia da Biblioteca Central 24 horas, para oferecer ao aluno e à comunidade a opção de um espaço aberto em tempo integral, com terminais de *Internet*, acervo e serviços à disposição. A operação ininterrupta evita confusões de horários, principalmente nas férias, quando grande parte das bibliotecas reduz o horário de atendimento ao público. Com espírito de vanguarda e com a preocupação de proporcionar um horário de funcionamento flexível que atenda as necessidades do seu usuário, o IPA criou sua Biblioteca Central 24 horas.

Porém, hoje, a Biblioteca Central já não mais atende nesse horário, findado-se há cerca de três anos atrás a Biblioteca 24 horas, ficando somente nos registros históricos a lembrança desse período.

---

<sup>11</sup> Rede Metodista de Educação do Sul, disponível em:  
<<http://www.metodistadosul.edu.br/institucional/capa/>>.

Atualmente o horário de funcionamento da Biblioteca inicia-se, de segunda-feira à sexta-feira, das 08 horas e 30 minutos da manhã até 22 horas e trinta minutos da noite e, no sábado, das 08 horas e 30 minutos da manhã até 12 horas e 30 minutos da tarde.

O nome que a Biblioteca leva, Guilherme Mylius<sup>12</sup>, é em homenagem ao trabalhador dedicado Guilherme Mylius, que destinou quase toda sua vida à Instituição Metodista, trabalhou de 1937 a 1963, sendo que nos últimos anos cuidou da Biblioteca, vindo a falecer em 1968.

O atual prédio da Biblioteca era o internato da instituição, foi reformado e inaugurado em 26 de agosto de 2006, onde atualmente atende alunos que estão em um dos 34 cursos de graduação, 14 cursos de pós-graduação e dois mestrados, sendo estes Reabilitação e Inclusão e Biociências e Reabilitação, além de abrir suas portas para comunidade externa.

Essa renovação da Biblioteca se originou de um contexto maior que foi a definição da estratégia de aumento da instituição:

A reciclagem do antigo internato do IPA visando a sua transformação na Biblioteca Central está inserida num contexto maior que a antecedeu – a elaboração do Plano Diretor para os *campi* IPA e Americano, em 2003. Esse plano estabeleceu diretrizes para a futura expansão física dos *campi*, que deveria acompanhar e sustentar o crescimento estratégico da instituição. Nesse plano, foram reconhecidos dois valores existentes e recomendada a sua preservação na futura expansão: o patrimônio construído histórico e o patrimônio vegetal. (VANZ, 2006, p. 220).

Vanz (2006, p. 216) afirma que, além dos arquitetos que acompanharam toda a obra, uma equipe multidisciplinar fez parte da reforma, onde “a redistribuição do acervo, a criação e implementação da sinalização da biblioteca foram feitos por profissionais especializados em arquitetura, publicidade e propaganda e biblioteconomia.”, assim como os colaboradores da Biblioteca participaram e decidiram melhorias relativas aos seus setores.

No *site* da Biblioteca<sup>13</sup> há a informação de que ela possui uma área total construída de 1.622,90m<sup>2</sup> sendo que a área com destino aos estudos e leitura é equivalente a 866,47m<sup>2</sup> e o restante do espaço fica reservado para o acervo e outras atividades elaboradas.

---

<sup>12</sup> História do patrono disponível em: <<http://www.metodistadosul.edu.br/bibliotecas/historico.php>>.

<sup>13</sup> *Site* das Bibliotecas da Rede Metodista do Sul disponível em: <<http://www.metodistadosul.edu.br/bibliotecas/>>.

Possui um acervo variado para atender a comunidade acadêmica e externa, contando com livros, folhetos, periódicos, bases de dados, teses, fitas VHS, CD-ROMs, DVDs, e ainda agrega o acervo do Instituto Teológico John Wesley.

Todo o acervo está protegido por sistema eletrônico anti-furto e câmeras de segurança que monitoram 24 horas por dia, mas dependendo do tipo de material do acervo, este pode ser retirado, renovado ou reservado pessoalmente ou através da *Internet* de acordo com as disposições colocadas no Regulamento<sup>14</sup>.

Atua na Biblioteca uma colaboradora com deficiência auditiva, mas também se fazem presentes usuários cadeirantes e com outras deficiências motoras, cegos, entre outros, que são alunos e também colaboradores de outros setores da instituição.

Atualmente, a Biblioteca conta, em seu corpo funcional, com três bibliotecárias, sendo uma delas a chefe, e mais 18 auxiliares de biblioteca. Em função da recente troca de chefia, a Biblioteca está passando por uma fase de avaliação de suas atividades e procedimentos para uma melhoria e readequação aos ideais institucionais e às comunidades acadêmica e externa.

### **3.1 Análise da Biblioteca**

Nesta parte do trabalho se concentra a análise da acessibilidade da Biblioteca Central Guilherme Mylius através das informações obtidas por meio de quatro pessoas entrevistadas, pelas e observações com registros fotográficos e análise do *site* da Biblioteca juntamente com o *site* institucional da Rede Metodista de Educação do Sul acerca de questões relacionadas à missão e acessibilidade.

Os registros fotográficos foram feitos, unicamente, da Biblioteca e seus espaços internos que ficam abertos ou visíveis aos usuários, ou seja, o setor de Processamento Técnico, por exemplo, não foi fotografado, pois os usuários não circulam nele.

Os entrevistados receberam cognomes para que não sejam identificados, na tentativa de preservá-los. Obteve-se um retorno dos usuários internos, ou seja, aqueles que também são colaboradores da Biblioteca, e eles definiram os seus nomes fictícios.

---

<sup>14</sup> Regulamento disponível em:  
<[http://www.metodistadosul.edu.br/bibliotecas/B\\_Central/regulamento.php](http://www.metodistadosul.edu.br/bibliotecas/B_Central/regulamento.php)>.

Para melhor entendimento foi elaborado o seguinte quadro legenda, de acordo com o tipo de usuário entrevistado:

| <b>Usuário interno (trabalha na Biblioteca)</b> | <b>Usuário externo (não trabalha na Biblioteca)</b> |
|---|---|
| Ketrin  | Antônia   |
| João Manuel                                     | Pedro   |

O *site* institucional apresenta o compromisso da Rede, nele percebemos um indício à acessibilidade e inclusão, pois eles primam pela socialização do conhecimento e pela formação cidadã:

Como parte do sistema educacional da Igreja Metodista, no Brasil, a instituição reafirma seu compromisso com a produção do conhecimento e sua socialização e renova as motivações e os parâmetros que sustentam sua proposta política, administrativa e pedagógica, contribuindo para a formação cidadã. (REDE METODISTA DE EDUCAÇÃO DO SUL, on-line, 2002).

A missão é apresentada sobre cada uma das unidades da Rede e sobre certo ponto de vista, característica, por exemplo, na promoção de educação superior, está estipulada a seguinte missão:

Ser instituição cuja identidade pedagógica, científica, cultural e comunitária é conferida pela prática do ensino, da pesquisa e da extensão como dimensões indissociáveis, à luz da autonomia universitária, com visão interdisciplinar e fundamentação ética, tendo a pessoa humana como centro do processo educacional, estimulada a gerar novos conhecimentos que qualifiquem as relações, as técnicas e os procedimentos do mundo do trabalho. (REDE METODISTA DE EDUCAÇÃO DO SUL, on-line, 2003).

Quanto à Instituição Educacional Metodista temos a seguinte missão:

Participar do sistema educacional metodista do país, na condição de instituição confessional que entende e pratica educação como o processo que oferece formação melhor qualificada nas suas diversas fases, possibilitando às pessoas o desenvolvimento de consciência crítica, atitudes solidárias e compromisso com a transformação da sociedade, de acordo com o Evangelho de Jesus, o Cristo. (REDE METODISTA DE EDUCAÇÃO DO SUL, on-line, 2003).

Sob o aspecto de Instituição Educacional Privada a missão apontada é a seguinte:

Entender-se como de espírito público, na defesa do interesse público, submetida à avaliação da sociedade, consciente de que sua autonomia se exerce a partir de sólida base organizacional e administrativa, garantida

com austeridade, planejamento, controle de custos e uso racional de recursos. (REDE METODISTA DE EDUCAÇÃO DO SUL, on-line, 2003).

Não há indicação direta de acessibilidade nas missões supracitadas, mas podemos perceber uma preocupação institucional com foco na pessoa humana, na transformação social por meio de uma educação inclusiva primando pela formação de cidadãos e se intitulando de caráter público, cujo trabalho em cima dessa junção de proposições pode chegar à inclusão e acessibilidade em toda a Rede.

Mas em outro parágrafo fica claro o pensamento à inclusão e à acessibilidade, quando falam que a Rede Metodista de Educação é composta por todas as instituições metodistas brasileiras, tendo como marca o oferecimento de uma “[ . . . ] educação inclusiva, democrática e universalista.” (REDE METODISTA DE EDUCAÇÃO DO SUL, 2008, *on-line*).

Contudo, durante o trajeto de busca de informações, identificamos a existência de uma política para a Rede (que ainda está sendo avaliada e não foi publicada no *site*) de 2009, intitulada: “*Política de Acessibilidade Universal da Rede Metodista de Educação do Sul na Perspectiva de uma Educação Inclusiva*”.

Nesse documento há menção sobre o entendimento, para a Rede, do significado de acessibilidade concomitantemente com o conceito adotado:

Acessibilidade significa condições e possibilidades com segurança e autonomia para todos. Significa oportunizar aos cidadãos com quaisquer necessidades, sejam físicas, visuais, auditivas, motoras, cognitivas ou de comunicação, o direito de participar, ir e vir em condições de igualdade. Significa também a eliminação de barreiras para a equiparação de oportunidades. E quando falamos em barreiras não significam apenas as barreiras arquitetônicas. O conceito adotado para esta Política é o defendido por Sasaki<sup>15</sup> (2004), autor que aponta seis campos de abrangência da Acessibilidade: arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental, programática e atitudinal. A acessibilidade resgata o comprometimento e a justiça social com seus novos princípios democráticos e seu impacto na Gestão Social. (REDE METODISTA DE EDUCAÇÃO DO SUL, 2009, [p. 6]).

No documento é reconhecido o direito de todos os alunos e o próprio convívio entre eles sem que haja qualquer discriminação e a percepção de que a acessibilidade e a educação inclusiva são interligadas, embora isso surja como um paradigma social, visto que por muito tempo a sociedade reproduziu práticas discriminatórias.

---

<sup>15</sup> SASSAKI, Romeu K. **Vida independente na era da sociedade inclusiva**. São Paulo: RNR, 2004.

O documento ainda menciona que é tradição da Rede a acolhida e a inclusão de alunos com deficiência e mostra que agora quer acolher a todos, baseados na legislação vigente:

[ . . . ] a Rede Metodista de Educação do Sul, que historicamente tem tradição em acolher e incluir alunos com deficiência, apresenta a *Política de Acessibilidade Universal na Perspectiva da Educação Inclusiva*, que está fundamentada na legislação do país, nos novos paradigmas educacionais e lutas sociais na perspectiva dos direitos humanos. Com esta iniciativa, a Rede Metodista de Educação do Sul visa constituir políticas de acessibilidade promotoras de uma educação de qualidade para a inclusão de todos(as) os(as) professores(as), alunos(as) e funcionários(as). (REDE METODISTA DE EDUCAÇÃO DO SUL, 2009, [p. 7]).

É apontado no documento que sempre houve uma preocupação com questões relacionadas à inclusão e exclusão, onde foram incorporadas as conquistas que os deficientes vinham realizando através de suas lutas por melhores condições de vida, fazendo com que fosse criado um grupo de trabalho (GT):

Em 2008 a Direção da Rede Metodista de Educação do Sul criou, através da portaria nº38/2008, um GT, que apresentou resultados do projeto de acessibilidade universal para toda a Rede Metodista de Educação do Sul. O estudo foi aprovado, e através de outra portaria, nº33/2008, o GT foi ampliado e transformado em comissão permanente para criação, da política de acessibilidade. (REDE METODISTA DE EDUCAÇÃO DO SUL, 2009, [p. 8]).

O documento segue traçando um breve histórico sobre acessibilidade no Brasil, marcos relacionados à história dos deficientes e conceitos afins, sendo que alguns estão mencionados no capítulo do Referencial Teórico do presente trabalho.

Historicamente falando, o documento registra que faz parte da filosofia institucional e tradição metodista, desde o século dezoito “[ . . . ] garantir práticas que incluem e dão acesso às pessoas, seja o indivíduo, seus grupos, comunidades e sociedades.” (REDE METODISTA DE EDUCAÇÃO DO SUL, 2009, [p. 14]). Desse modo, os alunos eram estimulados à excelência acadêmica, ao uso organizado do tempo disseminando os conhecimentos adquiridos às pessoas por meio da alfabetização de adultos e atos de solidariedade.

Esse pensamento e prática de inclusão e acessibilidade vem com base na Bíblia, para que todas as pessoas tenham acesso gratuito a Deus, de acordo com a trajetória de Jesus Cristo, visto que “há, na instituição metodista de ensino, a esperança de que a educação transforme a pessoa e a sociedade em todas as suas

práticas, saberes e políticas [ . . . ].” (REDE METODISTA DE EDUCAÇÃO DO SUL, 2009, [p. 16]).

Assim, é na busca por essa transformação com ações confessionais que a Rede Metodista de Educação do Sul estabeleceu esse documento de promoção à acessibilidade e inclusão tendo “[ . . . ] como objetivo assegurar a inclusão escolar/acadêmica de alunos cegos, surdos, com deficiência física ou quaisquer outras deficiências, bem como aqueles com transtornos globais do desenvolvimento.” (REDE METODISTA DE EDUCAÇÃO DO SUL, 2009, [p. 16]).

Como uma das diretrizes da política de acessibilidade da Rede, o documento estabelece que:

Acessibilidade não significa apenas permitir que pessoas com deficiências participem de atividades que incluem o uso de serviços, de informações e do saber. É mais do que isso. Acessibilidade é um processo de transformação do ambiente, da organização físico-espacial, da administração, do atendimento, das atitudes, do comportamento e de mudança da organização das atividades humanas que diminuem o efeito de uma deficiência. A educação inclusiva se efetiva por meio de ações que promovam o acesso, a permanência e a participação dos alunos. E que estas ações envolvem o planejamento e a organização de recursos e serviços para a promoção da acessibilidade arquitetônica, nas comunicações, nos sistemas de informação, nos materiais didáticos e pedagógicos, que devem ser disponibilizados nos processos seletivos e no desenvolvimento de todas as atividades que envolvem o ensino, a pesquisa e a extensão. (REDE METODISTA DE EDUCAÇÃO DO SUL, 2009, [p. 19]).

A Rede Metodista de Educação do Sul se expandiu e aumentou e, por isso, de acordo com a política de promoção à acessibilidade estabelecida, com base na *NBR 9050 – acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos*, percebe que:

[ . . . ] torna-se necessária a adequação das edificações existentes para promover acesso universal às suas instalações. Diversas obras de adequação já foram realizadas e outras aguardam a identificação e execução. Entre essas ações, esta Política de acessibilidade universal reforça as intenções da Instituição, analisando e propondo melhorias na acessibilidade universal das diversas Unidades da Rede Metodista de Educação do Sul. (REDE METODISTA DE EDUCAÇÃO DO SUL, 2009, [p. 23]).

Podemos perceber, de forma indireta, sem o uso das expressões “tecnologia assistiva” e “desenho universal”, uma menção no que toca a esses termos no seguinte trecho da política:

Por acessibilidade, tem-se a capacidade e a facilidade do produto atender as necessidades e preferências do maior número de pessoas possível, além de ser compatível com outras tecnologias que auxiliam a compreensão e

intelecção de pessoas com deficiências, possibilitando assim a troca de conhecimento e estabelecimento de comunicação com as pessoas. Há procedimentos, produtos e processos que encaixam-se em diversos aspectos e que podem ser considerados em termos tecnológicos, tecnologias acessivas [ . . . ] dispositivos físicos mecânicos que facilitem a interface entre humano/computador: impressoras Braille, teclados em Braille, mouses especiais, canetas, etc.; dispositivos físicos óticos que facilitem a interface entre humano/computador: projetores, monitores especiais, etc.; softwares que facilitem a interação entre humano/computador: softwares de sintetização de voz, leitura de sites, etc.; interfaces específicas de comportamento humano: máquinas que simulam movimentos humanos, interpretam processamento de sinais, etc.; dispositivos que façam a interpretação em língua de sinais das notícias de todo site, ou pelo menos de assuntos que dizem respeito diretamente aos surdos; um glossário em libras de algumas palavras também é uma estratégia positiva. (REDE METODISTA DE EDUCAÇÃO DO SUL, 2009, [p. 27]).

Isso comprova aquilo que pode ser o pensamento de implementação e aplicação de tecnologias assistivas e do desenho universal para melhorar as rotinas acadêmicas das PcDs na Rede.

A seguir, está disposto, em quatro categorias – acessibilidade espacial, acessibilidade atitudinal, acessibilidade informacional e comunicacional e, recursos ou serviços identificados – o resgate de trechos das entrevistas realizadas com os quatro usuários, mais algumas fotografias da Biblioteca e, outras partes da política de acessibilidade que se enquadram em tais categorias e adicionados à análise da acessibilidade da Biblioteca do IPA.

### **3.1.1 Acessibilidade espacial**

No âmbito da acessibilidade espacial o entorno do campus IPA se localiza em uma região íngreme e bastante irregular, com muitos desníveis, não favorecendo a acessibilidade de pronto.

Não há muitas opções de transporte público para se chegar ao campus, visto que o atendimento majoritário é da linha T-9 IPA/PUC e das lotações Rio Branco e Monserrat. Ainda há a linha 520.2 Triângulo, que possui somente três horários à noite.

O ideal mesmo seria chegar de carro. No estacionamento do IPA há sinalização de vagas para deficientes ou pessoas com mobilidade reduzida, pois um cadeirante dificilmente conseguiria chegar sozinho tendo que subir aclives e declives que rodeiam o campus. Em volta do campus existe um ponto de táxi. Por outro lado,

deve-se tomar cuidado com esta análise de entorno urbano, tendo em vista que o mais inclusivo seria o acesso a transporte coletivo com ligação entre o centro da cidade e os campi.

Ao acessar a Biblioteca há uma escada central e ao lado uma rampa com corrimãos, de acordo com a fotografia abaixo, possibilitando acesso aos cadeirantes e outras pessoas que tenham dificuldades com os degraus das escadas, sendo que esta também possui corrimãos.

É interessante visualizar que o modo como foi colocada a rampa permite que as pessoas, PcDs ou não, que passem por ela cheguem no mesmo lugar que aquelas pessoas que se utilizam das escadas, fazendo com que, assim, a inclusão se torne imperceptível, natural, ou seja, se dê de forma adequada.

Essa disposição da rampa nos faz lembrar que a inclusão de forma natural nem sempre acontece em outras instituições, que em suas construções ou adaptações oferecem para as PcDs uma entrada lateral por outra porta, ou pelos fundos do prédio, causando outra forma de discriminação, já que as pessoas estão entrando por acessos distintos.

**Fotografia 1 – Entrada da Biblioteca: rampa e escada com corrimãos**



Fonte: autora, 2012.

Em uma das entrevistas realizadas, Pedro, o usuário externo e cadeirante, fala sobre o IPA e a questão das rampas e também faz uma comparação com as rampas da UFRGS:

*Tem algumas questões de rampas, porque arquitetonicamente, a rampa ela tem que ter um... ela não pode ser muito acentuada. Mas a arquitetura do IPA não permite muito, porque se ela for muito acentuada, eu, sozinho não consigo subir, tenho que contar com o apoio de alguém. Tem algumas rampas que não conseguiram equacionar esse problema. Então aqui no IPA eu vejo... A própria UFRGS que tem campus que tem rampas, mas são rampas muito complicadas, por que... muito acentuadas, sempre tem que pedir a alguém para dar uma força para subir, mas já resolve, imagina aquele campus se não tivesse, e acho que foi o primeiro campus que teve.*

Após a entrada, há o balcão de atendimento em formato de 'S' ou de um ponto de interrogação. Esse tipo de balcão visa tanto o atendimento de pessoas em pé, quanto de pessoas que usam cadeira de rodas, anões, crianças, entre outros, pois o balcão apresenta alturas diferenciadas como pode ser verificado na fotografia abaixo.

**Fotografia 2 – Balcão de atendimento com alturas diferenciadas**



Fonte: autora, 2012.

Próximo ao balcão de atendimento, ainda no térreo da Biblioteca, há um elevador que liga os três pavimentos da Biblioteca, ao lado da escada, como pode ser visto na fotografia 3.

**Fotografia 3 – Escada com corrimão e elevador**



Fonte: autora, 2012.

O elevador também permite uma interação entre todos os usuários que fazem uso dele, pois todos utilizam o mesmo espaço, sem discriminação.

O entrevistado Pedro, usuário externo e cadeirante, falou sobre as mudanças que a Biblioteca passou, desde a inauguração do novo espaço acessível e a questão do elevador:

*[A acessibilidade] da Biblioteca já foi a partir do momento em que foi inaugurada né. A antiga Biblioteca era ali onde é o Auditório da Biblioteca, que a gente chama. Ali tinha acesso também, porque como não tinha... Mas, os livros estavam todos concentrados, aquilo não era um ambiente adequado, porque era um antigo refeitório, então ali não era adequado, era provisório. Mas... aí eu não sei como é que funcionava, eu acho que a gente solicitava os livros e o funcionário buscava, não tenho muita certeza como funcionava... Era fechada. Teria que ver... mudou muito ali, toda a dinâmica da Biblioteca mudou nesses anos... [ . . . ] Essa história da reforma da biblioteca começou no tempo em que eu era do Conselho Diretor. Porque uma vez, um dos conselheiros, a gente era uns oito, me lembro claramente, o pessoal veio visitar, entrou ali dentro do prédio, e tinha assim, um conselheiro que era ex-aluno, o José Pedro, era juiz... hoje é juiz de direito, e aí ele fez um discurso veemente que aquele prédio pode cair, um dia pode*

*pegar fogo, vai morrer alguém, e não sei o que... Ai aquilo foi uma coisa que incentivou a pensar na reforma. E a reforma daquele prédio foi feita por um ex - aluno, ele é um engenheiro, ele é o engenheiro do Viaduto da Conceição, ele é ex - aluno do IPA, já falecido já. E ele fez todo o desenho, de como seria preservando a arquitetura, a nova Biblioteca, isso não foi no tempo do Jaider, foi no tempo da professora Alba, e a ideia inicial, inclusive, era para ter mais um andar, mas ai com a questão dos recursos se tentou pegar dinheiro no BNDES na época, foi uma burocracia, não se conseguiu, foi bem complicado. Então a gente ficou discutindo a questão da biblioteca, eu sei porque eu acompanhei, uns 3 ou 4 anos. Não tinha recurso. Mas, ainda no tempo da professora Alba se interditou aquele prédio, se colocou tapumes, se fez alicerces, mas a obra ficou parada um tempão. E acho até que já nesse projeto do engenheiro ele previu o tal do elevador. Mas sempre tinha uma discussão, 'ai o custo do elevador e tal'...*

Ainda sobre o novo prédio da Biblioteca e outras mudanças no IPA, Antônia, a usuária externa comenta:

*Eu ia, eu ia falar que eu fiz vestibular para cá... em 2005, e não existia esse prédio novo ainda, eu acho, ou tava em construção... eu acho que tava em construção, e eu diria que essa foi uma boa mudança do IPA, com relação a ter o elevador, as salas são bem grandes, tem bastante espaço se um cadeirante precisar andar por ali, né eu achei bem interessante.*

Pedro ainda comenta que precisou dar alguma ajuda mandando e-mails, orientações, para lutar por algumas mudanças e para que seu caso fosse atendido, pois já era cadeirante nessa época:

*“É... Em muitas [vezes] eu até cheguei a mandar e-mail para o arquiteto.”*

Pedro também fala sobre os primeiros debates relacionados à questão da colocação de elevador na época da reforma do antigo prédio do internato do IPA e criação da nova Biblioteca:

*Eu lembro que, a primeira vez que se falou na reforma da biblioteca, na construção ali daquele espaço, até se comentou em questões de elevador, naquela oportunidade eu acho que nem havia legislação obrigando as instituições a essa questão de acessibilidade, até uma diretora na época disse: 'ah não, isso vai se custar muito caro, não é por uma ou duas pessoas que se vai ter um elevador!' Quando começaram a obra ali, acho que já havia toda essa... o início dessa legislação obrigando as instituições a ter elevador. Aquela obra ali começou tipo por 2003, e a inauguração eu não tenho muita certeza, mas foi 2004 por ai...*

É interessante ressaltar o que o entrevistado Pedro levantou, sobre o pensamento da diretora na época com relação ao custo versus benefício da inserção de um elevador na reforma do prédio. Algumas instituições mantêm esse pensamento até hoje, alegando que o alto investimento não compensa o uso efetivo de tal instalação. Mas é nítido que mesmo pessoas sem deficiência optam pelo elevador, ao invés da escada, devido à praticidade proporcionada por ele em

comparação ao cansaço que se tem após subir ou descer uma escada. Além do que, um elevador na Biblioteca beneficia também os colaboradores na manutenção da guarda do material do acervo nas estantes, que se encontram distribuídas nos andares do prédio. Por isso foi e é necessário a criação de legislações e normas que contemplem esses aspectos relacionados às PcDs, pois nem sempre se pode contar com o bom senso das chefias e afins, que não pensam que estes ambientes são espaços de coletividade.

Outra entrevistada, a Antônia, usuária externa, também fala sobre rampas, elevadores, acessibilidade espacial e os deficientes na Biblioteca e no IPA:

*[A acessibilidade espacial] existe, enfim, há muitos locais que tem acesso com rampas, e... elevadores, enfim né, eu sou deficiente, mas eu tenho uma deficiência leve né, às vezes eu costumo usar elevador enfim, mas para outros cadeirantes também, eu já percebi que tem bastante acessibilidade. [ . . . ] Para surdez eu não tenho uma... um conhecimento, assim, maior, mas para deficientes visuais eu percebi... que em muitos locais tem aquele piso diferente, assim para ajudar eles assim, foi o que eu percebi.*

Ainda no tocante a elevadores e acessibilidade, Pedro faz menção à acessibilidade oferecida na PUC em comparação com o IPA:

*[ . . . ] final de 2004 e 2005. E eu também estava com uma experiência, comecei a fazer um doutorado lá na PUC, e a PUC já tava dentro dos padrões assim, praticamente o cadeirante na PUC consegue andar por quase todos os espaços sem nenhum tipo de ajuda, suporte, a não ser num único lugar que eu fazia..., o prédio antigo da história, que tinha degraus, aí eu tinha que pedir para o meu irmão subir as escadas, realmente ali a arquitetura não permite nenhum tipo... Mas no caso do IPA, as coisas foram acontecendo mais aos poucos, primeiro foi acho que aquele elevador ali da Biblioteca, depois mais tarde veio aquele lá do Colégio Americano, depois tentaram colocar um aqui na piscina, que tá interditado porque teve problemas estruturais, não sei bem qual é o problema. Mas assim, rampas foram fazendo, foram modificando muita questão do acesso dentro do próprio campus.*

Dando continuação, Pedro segue falando sobre os elevadores e como se beneficia deles, que ajudam a vida dos cadeirantes no campus, lembrando que já teve que contar muito mais com o apoio do pessoal da segurança para conseguir chegar a certos lugares do campus:

*O próprio elevador do Auditório Oscar Machado é o último elevador que foi feito, e por muitos anos, até uns cinco anos, eu dei aula e tinha que subir escadas com o apoio do pessoal da segurança. Então é um pouco complicado, porque é uma escada difícil, tem que ter uns macetes assim. Mas o elevador hoje tá pronto, e ele é muito bom. [ . . . ] Melhorou, melhorou muito, melhorou 80%. Os elevadores é um dado né. Agora eles tão falando que aqui, no Prédio G, vai ter um elevador que vai até lá embaixo, porque ele foi feito uma época, que ia só até a academia, aí depois deu problema.*

*Mas, resolvendo esse aqui, praticamente resolve quase tudo em termos de acesso, sem precisar contar com alguém para subir e descer as escadas, que era um grande problema.*

O entrevistado Pedro ainda comenta sobre a irregularidade do campus IPA e sobre a ajuda que, em algumas ocasiões, os cadeirantes necessitam:

*[ . . . ] mas o campus é muito irregular também, não favorece, muita coisa... o deficiente cadeirante em alguns momentos ele tem que contar com apoio.”*

Com a fala de Pedro percebe-se como é problemático ter que solicitar ajuda constantemente de outras pessoas para transitar pelos espaços. A acessibilidade é fundamental para permitir autonomia, independência para as PcDs se deslocarem nos espaços e isso é um direito imprescindível.

Ainda no pavimento térreo, há o bebedouro e os banheiros feminino e masculino, respectivamente fotografias 4 e 5, ambos, aparentemente acessíveis.

**Fotografia 4 – Bebedouro e banheiros**



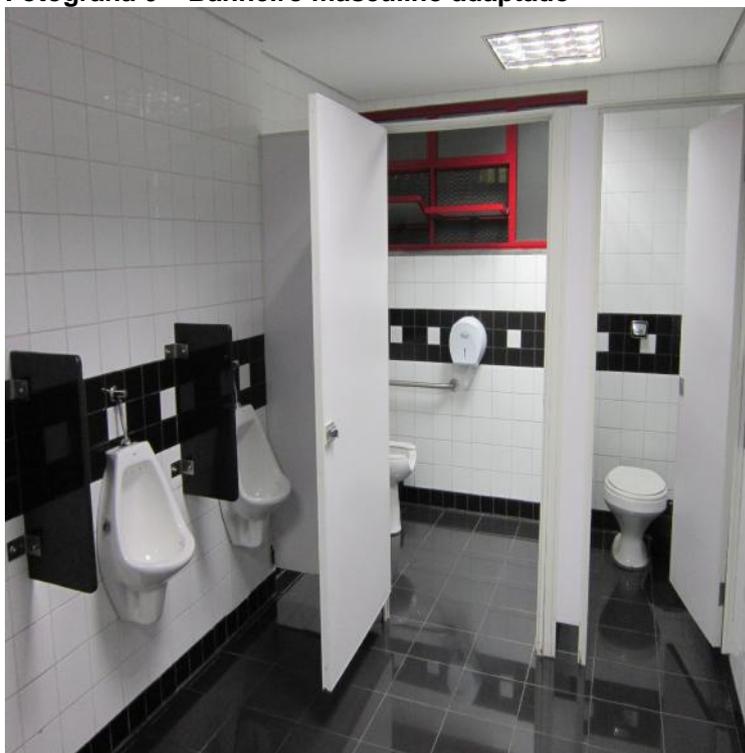
Fonte: autora, 2012.

Fotografia 5 – Entrada dos banheiros



Fonte: autora, 2012.

Fotografia 6 – Banheiro masculino adaptado



Fonte: autora, 2012.

**Fotografia 7 – Detalhe do banheiro adaptado**



**Fonte: autora, 2012.**

No banheiro feminino há quatro vasos sanitários, destes um é adaptado. No banheiro masculino, como mostra a fotografia 6, há dois mictórios, um vaso sanitário sem adaptação e um vaso sanitário com adaptação. Ambos os banheiros (feminino e masculino) que possuem vasos sanitários adaptados para cadeirantes com corrimãos são como na fotografia 7.

A maneira como foram dispostos os banheiros na Biblioteca permite que usuários deficientes e não deficientes utilizem o mesmo espaço sem privilegiar uns em detrimento dos outros ou então discriminar ao fazer espaços só para um desses grupos, como existe em alguns lugares.

A autora Cambiaghi, (2011, p. 35) fala sobre os espaços pensados de tal modo que encontrem soluções que atendam às PcDs, mas que ao mesmo tempo também atendam as pessoas que não possuem deficiências:

[ . . . ] na medida em que é preciso encontrar soluções a fim de atender as necessidades específicas de alguns tipos de deficiências, como construção de banheiros com dimensões maiores que as dos demais, instalação de barras de apoio e transferência, etc. Ou seja, para facultar utilização de ambientes e produtos a todas pessoas, é importante considerar as diferenças entre elas e projetar espaços adequados tendo em vista essas diferenças. (CAMBIAGHI, 2011, p. 35).

A rampa na entrada, o elevador e os banheiros da Biblioteca conseguem atender as necessidades de todas as pessoas, tendo em vista as necessidades de alguns tipos de deficiências, indo ao encontro com o que falou a autora supracitada.

O usuário externo, Pedro, ressalta que a Biblioteca foi bem pensada quanto ao deslocamento, inclusive no que diz respeito ao espaço entre as estantes:

*Mas no caso da biblioteca não, porque ela já foi pensada dentro desses padrões, então ela tem um elevador, ela tem espaços interessantes de deslocamento, dá para... entre as... não sei se existe uma legislação entre as estantes, é bem largo, dá para fazer uma volta...*

A fotografia 8 mostra o espaço entre as estantes. De fato, como aparece na fotografia, as estantes apresentam bastante espaço entre elas e permitem o deslocamento de cadeirantes e a circulação de pessoas.

**Fotografia 8 – Disposição das estantes**



**Fonte: autora, 2012.**

Contudo, apesar do espaço para transitar no acervo, Pedro fala sobre a dificuldade que eles, cadeirantes, possuem para alcançar os livros nas prateleiras superiores e dá uma sugestão nesse quesito:

*[ . . . ] Pegar livros... uma época eu andava pesquisando por lá ... o cadeirante tem uma dificuldade, tu consegue alcançar livros que estão na tua linha dos olhos, os livros mais acima tu tem que pedir para alguém*

*pegar, mas nunca tive problemas. Talvez se as equipes soubessem desse tipo de questão... talvez pudessem ajudar. Ontem até estava pensando nisso, por exemplo, se tivesse um aluno, ou um professor anão, por exemplo, que tivesse uma escadinha ou alguma coisa, talvez facilitasse para a pessoa sozinha, sem pedir para ninguém, pegar um livro, isso é um dado.*

**Fotografia 9 – Prateleiras superiores**



**Fonte: autora, 2012.**

Para comprovar o que Pedro mencionou acima, a pesquisadora retirou, aleatoriamente, um livro de uma prateleira superior e registrou fotograficamente. Com os seus 1,65 de altura precisou ficar bastante ereta para conseguir retirar o livro. Mesmo não ficando na ponta dos pés sentiu certa dificuldade, dando razão ao que Pedro falou e apoiando sua sugestão de compra de uma escadinha ou banquinho para alcançar as prateleiras superiores, isso oferece mais independência aos usuários, com deficiência ou não.

O entrevistado Pedro ainda falou sobre outros espaços da Biblioteca que utilizou – a Sala de Estudos e o acesso que ela permite a outro prédio:

*Ultimamente eu não tenho usado tanto, mas uma época, quando a gente instituiu o EAD, que hoje nem é mais, é semipresencial. A gente tinha monitorias, então usava aquelas salinhas de vidro lá para reunir, usava muito, toda a semana quase a gente reunia lá. Então isso é bem legal, bem pensado aquelas salinhas. [ . . . ] Mas, no mais, assim, não vejo [problemas] ... a questão da arquitetura, como a arquitetura do IPA é muito antiga, eles tem uma passagem que eu digo que é uma 'passagem secreta pela Biblioteca', ela é uma coisa que resolveu, foi o que foi possível ser feito, mas ela resolve, dá acesso a outra sala, a outro prédio, pela Biblioteca.*

**Fotografia 10 – Sala de Estudos ao fundo**



**Fonte: autora, 2012.**

As Salas de Estudos se encontram no térreo da Biblioteca e, mediante agendamento no balcão de atendimento, ficam disponíveis aos usuários. São 4 salas com ventilador, mesa e cadeiras, de acordo com a fotografia 10. É mais um espaço que acolhe todos os usuários, sejam PcDs ou não.

Já, o que Pedro chama de “passagem secreta” são as portas colocadas no segundo e terceiro andares da Biblioteca, pois a parede da Biblioteca se comunica com a parede do Prédio B como mostram as fotos 11 e 12.

**Fotografia 11 – Acesso ao prédio B: 2º andar**



Fonte: autora, 2012.

**Fotografia 12 – Acesso ao prédio B: 3º andar**



Fonte: autora, 2012.

O entrevistado João Manuel, usuário interno, também fala sobre a melhoria da acessibilidade espacial no IPA, especialmente do acesso ao Prédio B pela Biblioteca e a ajuda dos seguranças às PcDs:

*Como, por exemplo, lá em cima no mezanino que tem aquele caminho que vai ali para o prédio B. Ali, aquela porta ali no acervo que também vai pro prédio B. E isso pra eles é muito bom, porque antigamente era, como se diz, quando não tinha muito recurso, às vezes pô, tinha que chamar o pessoal da segurança, pra carregar eles pela escada até lá em cima e tudo mais, e agora não, tem elevador tem isso em todos os prédios, tem esses recursos de ligação de um prédio e outro, e isso aí pô, facilita um monte pra eles. Que às vezes o esforço deles é muito maior. [ . . . ] Houve uma melhora, tanto pra eles quanto pra nós.*

Como Pedro bem colocou na entrevista, esses acessos criados para o prédio B foram a melhor solução para o momento, levando-se em conta a preservação do prédio antigo e as irregularidades naturais do campus. Não é o ideal, mas ao menos os alunos PcDs conseguem assistir as aulas no prédio B.

Pedro aponta que além dele ter ajudado em algumas mudanças por ser cadeirante outro aluno com deficiência desempenhou um papel muito importante para que a instituição se preocupasse com a acessibilidade e inclusão dos seus alunos e apresentasse melhoras significativas a respeito:

*Então tinha aquele menino, o Eduardo, que ele se formou no colégio, no 1º e 2º Grau no tempo, no Colégio Americano. O Eduardo teve um papel importantíssimo no IPA,... no IPA e no Americano, porque ele ingressou no Americano como aluno... acho que no pré ou no primeiro. E durante... o pai dele se aposentou, ele era funcionário do Banco do Brasil. E durante todo o 1º e 2º grau, o pai dele subia e descia escadas no Americano, sem elevadores, sem nada, e acompanhou o filho. E ele tem um comprometimento neurológico bem acentuado. [ . . . ] E o Eduardo ele fez toda trajetória no Americano e passou no jornalismo, quando começou a faculdade de jornalismo. Coincidiu a saída dele do Ensino Médio e ai ele fez jornalismo no IPA. E o Eduardo, talvez até pelo Eduardo, e também porque eu também já estava por aqui, o Jaider se mobilizou um pouco com isso, O Eduardo se formou e trabalhou, acho que uns dois anos no estúdio de radio, aqui no IPA. Ele não tá mais aqui porque eles se mudaram para Curitiba. [ . . . ] O pai dele praticamente era tempo integral aqui no IPA, porque ele trazia, ficava por aqui, vinha buscar, e no tempo do colégio ele ficava praticamente fazendo todo o trabalho de deslocamento. Não era pensado, não havia recursos. Era tudo muito complicado. Dos anos 80 para cá mudou muito.*

Pedro exprime seu comentário sobre a acessibilidade no IPA e a questão do desenho universal, propondo mais divulgação com relação ao que a instituição pode oferecer aos usuários com deficiência:

*O IPA tá relativamente bem nessa questão de acessibilidade. Tem questões que podem melhorar, mas são questões mais técnicas, eu mesmo não*

*tenho assim, muito claro, que eles chamam de desenho universal. Que o IPA poderia era divulgar até essa estrutura que ele já tem, para que outros deficientes pudessem ter... Até frequentar. Há falta de informações quanto a isso, quanto a essa... não digo que é uma política institucional, mas quanto a essa vocação né que a instituição vem construindo ao longo dos anos.*

De maneira geral, Pedro acredita que a Biblioteca cumpre seu papel quanto à acessibilidade aliada à arquitetura. Ainda relembra quando a Biblioteca era 24 horas:

*A biblioteca ficou bem, para nós, em termos de arquitetura ficou bem legal. Houve um momento que acho que ela teve uma política bem interessante. Houve umas experiências que não deram certo: a biblioteca 24 horas e tal. No início a gente até tinha... Eu tinha até orgulho de como é que ficou né, para quem acompanhou como estava o prédio e como ficou né, foi um negócio bem interessante.*

Fora da Biblioteca a usuária externa Antônia salientou um problema citando o chão escorregadio na frente de um dos prédios do campus, mas que é superável:

*Eu acho que tem uma parte, bem na frente do Prédio A que ele [piso] é bem molhado, então para quem tem deficiência é um pouco difícil, aquele medo de cair, escorregar, enfim né. Tem outras opções de acesso, mas algumas coisas é só por ali, enfim né. Mas eu acho que só seria isso assim, acho que um outro deficiente que não tem como passar por ali dá para passar bem por cima tranquilo.*

Na política da Rede de promoção à acessibilidade é salientado como uma das diretrizes que:

Uma política de Acessibilidade em instituições de ensino, quer de Educação Básica ou de Ensino Superior, deve prever ambiente físico e pedagógico que garanta e facilite a aprendizagem e a inclusão educacional de pessoas com necessidades especiais que busquem a equiparação de oportunidades, sejam elas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. (REDE METODISTA DE EDUCAÇÃO DO SUL, 2009, [p. 19]).

Ainda tendo em vista o documento da política de acessibilidade da Rede é indicado como uma das diretrizes acadêmicas de acessibilidade e que também atinge as bibliotecas o seguinte trecho:

[ . . . ] desenvolver iniciativas no campo da acessibilidade, através da eliminação de barreiras arquitetônicas, instalando mobiliários e equipamentos nos espaços de uso desses estudantes (salas de aula, laboratórios, biblioteca, áreas de recreação e lazer, espaço de práticas desportivas, corredores, pátio, ...) (REDE METODISTA DE EDUCAÇÃO DO SUL, 2009, [p. 20]).

De acordo com os trechos selecionados das entrevistas e da política e as fotografias percebe-se que a instituição teve uma preocupação e desenvolveu iniciativas e soluções que buscassem a acessibilidade espacial e a inclusão dos

seus alunos, por conseguinte, isso se estende e beneficia a todos aqueles que acessam o campus IPA e a Biblioteca Central Guilherme Mylius.

### **3.1.2 Acessibilidade atitudinal**

Quanto à acessibilidade atitudinal, ou seja, o que diz respeito às atitudes das pessoas frente às demais, sobretudo à interação (ou a falta dela) de funcionários com usuários, o entrevistado Pedro fala sobre a sensibilização da instituição ao oferecer palestras e/ou oficinas de modo a instruir seus colaboradores sobre atitudes inclusivas nos atendimentos prestados à comunidade acadêmica e usuários externos:

[ . . . ] *sim, já, várias vezes. Tem a casa de recursos ali né, quando tem aquelas oficinas pedagógicas, no início do semestre, normalmente tem um laboratório, claro é opcional, sempre tem alguns professores que vão, e acompanham. Claro, fala-se sobre muitas coisas, tipos de atendimento para as diversas deficiências, tinha uma aluna surda, eu acho, tinha um professor surdo também, tem duas alunas que são cadeirantes, que mais... tem um menino com algum tipo de autismo, então tem varias coisas... [pois.] Na casa sempre tem... alunos ou professores com algum tipo de necessidade. [ . . . ] E já fizeram capacitações com o pessoal da segurança. Hoje em dia o pessoal da segurança ta preparado para deslocar o cadeirante, por exemplo. Eu mesmo, quando chego no IPA eu ligo para a portaria e eles vão me buscar no carro, me buscam ali, tiram a cadeira do porta-malas, e me ajudam a sair do carro, do carro eu saio sozinho. Mas assim, eles me ajudam a empurrar a cadeira, até o pessoal da fisioterapia diz que eu acabo me acomodando, porque o ideal é eu mesmo empurrar a cadeira,... que vai treinando...*

Questionado sobre o IPA possuir aspectos de acessibilidade em sua missão, o entrevistado Pedro aponta:

*O IPA incorporou essa questão assim, não sei se foi por conta da legislação, em parte foi, em parte também pela,... aquele momento de 2001, por ali, o professor Jaider tinha um pouco essa ideia da inclusão, a política de cotas, tinha umas ideias, assim, meio avançadas. Então... a questão da inclusão, da deficiência, então ele tornou como se fosse uma política institucional, então isso foi um dado importante. Só que claro, o IPA como é uma instituição menor, comparado com outras, tipo a Unisinos, a PUC, a UFRGS, a questão do recurso sempre é uma coisa complicada, então as coisas foram feitas aos poucos.*

Outro entrevistado, o usuário interno João Manuel, consegue identificar a época em que percebeu as primeiras mudanças institucionais acerca da acessibilidade e sua participação em oficinas e/ou palestras e o benefício de tais mudanças:

[ . . . ] isso se eu não me engano, a partir de 2000. E eu entrei em 1995,... que eles começaram a dar mais importância para a inclusão. [ . . . ] Teve mas poucas vezes. Eu acho que eu participei de uns dois. Sobre a parte de inclusão. [ . . . ] Um foi recente que até foi para surdos e mudos e falou também um pouco sobre os próprios cadeirantes. E outro, aí sim faz muito tempo. Vai fazer o que... esse foi ano passado. E o outro deve fazer no mínimo uns quatro, cinco anos. [ . . . ] Sim, ajuda, por causa que às vezes a gente não tem noção de como lidar com eles, o que que pode fazer e o que que não pode fazer.

A entrevistada Antônia comentou que pensou em trabalhar na instituição em função do acolhimento que as PcDs recebem:

*“[ . . . ] eu até pensei em vir para cá como ah... funcionária, fui bem atendida, enfim né, eles me falaram que existiam aquelas vagas especiais, enfim né, isso eu fui atrás assim.”*

Antônia ainda pontua sobre a receptividade dos colaboradores da Biblioteca em ajudar, salientando o atendimento:

*Mas pelo que eu percebi assim, como aqui tem escadas né, aqui na Biblioteca, mas, acho que se for feita a pesquisa aqui embaixo, com certeza os colaboradores aqui vão lá em cima buscar para alguém que precise, né enfim, porque inclusive são bem atenciosos com a gente. [... O] atendimento foi bem diferenciado. Eu cheguei aqui eu não sabia como me cadastrar, como ir atrás de livros, todos me ajudaram bastante, foram bem atenciosos assim, tive que perguntar duas ou três vezes enfim né, coisa de iniciante, mas eu fui muito bem atendida, isso é um diferencial muito importante para a gente que tem uma certa deficiência e já fica com vergonha de perguntar, enfim.*

Outra menção sobre o diferencial do IPA ser o tratamento foi apontado pelo entrevistado João Manuel:

*É que aqui o tratamento é mais família né. É diferente dos outros. [ . . . ] Mas esta é uma das características que muita gente gosta [ . . . ] Eu já presenciei até aluno que, por não ter condições financeiras, de o cara chorar quando foi embora daqui. Porque eles gostavam tanto daqui, queriam tanto ficar aqui que não... sabe? Que pra eles era uma perda muito grande. E isso aí na parte da inclusão foi muito bom isso aí também. Eu não vejo propaganda em outras instituições. De repente eles até têm, mas aqui eu acho que a gente ainda tem mais ainda.*

O entrevistado João Manuel ainda comenta sobre uma situação inusitada que presenciou e que o emocionou:

*Ah, teve uma formatura que pra mim foi muito bonito, que eu presenciei... que foi quebrado o protocolo... Que o professor quebrou o protocolo, ele fez uma homenagem a uma aluna que ela sofreu um acidente, que ela ficou tetraplégica, e conseguiu recuperar os movimentos e se formar na cadeira que ajudaram ela, que no caso era fisioterapia. Muito bonito, muito emocionante, algo assim... bem legal, foi algo que pô, poucos lugares*

*fazem isso. Os professores daqui ajudaram na recuperação dela, e aí isso foi um plus para que ela fizesse o curso e se formasse no próprio curso. Bah, muito bonito!*

O mesmo entrevistado ainda comenta que percebe que os deficientes que utilizaram a Biblioteca gostaram/gostam do tratamento que receberam/recebem:

*Até porque eles gostam muito desse negócio da gente ajudar ele, ir no elevador junto, 'Ah, qual é o andar que tu precisa?' Combinar com eles 'Óh, tal horário tu volta?!' Isso e aquilo. Isso eles gostam. É aquele negócio, ter boa vontade e interesse em ajudar. Isso pra eles conta muito.*

Já Ketrin, outra entrevistada e usuária interna, se opõe, acha que não existe muito preparo à acessibilidade e inclusão:

*Fazem 6 meses que estou no IPA e durante esse tempo eu vi acessibilidade apenas para os cadeirantes que a gente conduz a pessoa pelo elevador pelos prédios vizinhos e para pessoa que é surda-muda a gente acaba fazendo bilhetinhos.*

A entrevistada ainda completa que nunca teve nenhum tipo de treinamento sobre o assunto, mas devemos levar em conta o pouco tempo de trabalho dela na instituição. Ela relatou um caso que ocorreu (de insucesso no atendimento), que explicita a falta de treinamento:

*Eu acho só essa questão que a gente não tem treinamento pra receber esse tipo de usuário na biblioteca, muitas vezes... Faz muito pouco tempo a gente nem sabia que tinha material disponível para uma pessoa que é cega, ou uma pessoa que vem aí, realmente muda, que foi o que aconteceu comigo, que a pessoa não... eu não tinha um intérprete do meu lado e eu tive que escrever um bilhetinho e a pessoa não pôde retirar livro e eu não consegui ajudar ela da forma que eu esperava por essa dificuldade. [ . . . ] A aluna deficiente veio sem monitor e queria retirar um livro, só que ela não podia retirar o livro porque... [ . . . ] Ela era surda. Ela só comunicou comigo, eu já tinha deixado um livro reservado pra ela, só que ela não podia retirar esse livro porque ela tinha multa. Ai eu tentei gesticular e não deu muito certo. Eu tive que escrever num bilhetinho pra ela que ela teria que pagar a multa e que só assim ela ia poder retirar o livro. Ela me respondeu, mas ficamos uns 15 minutos, foi bem demorado, no horário do intervalo, foi bem difícil. E aí, com isso, ela retornou depois com a multa paga e pôde retirar o livro, mas foi um processo bem demorado e também bem tenso, tanto pra mim quanto pra ela e pras pessoas que tavam acompanhando na fila, que não podiam ser atendidas e viam que a gente não tem a capacidade de atender uma pessoa que vem com deficiência.*

Ketrin ainda levanta uma situação em que ela se saiu bem, mas que nem todos colaboradores conseguiram o mesmo sucesso que ela:

*Com sucesso a gente teve muito mais no semestre passado do que esse. Uma aluna cadeirante, que utilizava o elevador da biblioteca para se deslocar ao prédio vizinho. Nós conduzíamos ela pelo elevador até o prédio e nunca, eu pelo menos nunca tive problema com ela, mas sei que teve*

*peessoas que acabaram batendo, o braço dela, a perna dela, muitas vezes porque a gente não conhece, não tem noção de espaço com a pessoa que tem esse tipo de, que utiliza esse tipo de meio, então... Eu nunca tive problema, mas eu sei que teve problema e sempre gerava um certo transtorno, dependendo do momento que era e se tava muito movimentado alguém tem que largar o teu trabalho pra conduzir aquela pessoa, e muitas vezes a gente não tá habilitado pra isso.*

Todavia, no decorrer da entrevista Ketrin aponta, também, o atendimento ao aluno como sendo o diferencial:

*Eu acho que esse atendimento ao aluno que foi implantado esse semestre eu nunca tinha visto em nenhum outro lugar. Existem pessoas nos prédios que auxiliam os alunos, independente da sua deficiência, ou não, a conduzir eles pros serviços que eles vão utilizar. Isso realmente foi uma coisa que eu nunca vi em outra instituição.*

João Manuel fala sobre o aprendizado de LIBRAS e braile na instituição:

*Ensinaaram, [LIBRAS] mas aquilo ali para mim, é que é aquele negócio, eu acho que além de ensinar também tem que praticar. E se tu não praticar tu esquece. Braile também, não. LIBRAS ensinaaram. [ . . . ] Braile não. Mas se não me engano eles tem material pra braile. [ . . . ] Só que não teve capacitação disso. Agora LIBRAS eles deram uma passada rápida, só que como eu te disse, sem a prática, aquilo ali acaba indo pro esquecimento, por causa que tu não usa né.*

No documento de política de acessibilidade da Rede foi encontrado um trecho importante da tentativa de inserção das PcDs na instituição:

Para a garantia do acesso Universal destas pessoas, a todos os espaços da Instituição, a Política de Acessibilidade objetiva a orientação do corpo docente, discente e dos funcionários para o acolhimento deste segmento populacional, possibilitando que todas as pessoas com deficiência tenham participação e sucesso no processo de ensino e de aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino, no caso de alunos e alunas, e sucesso no seu desempenho profissional como docentes ou funcionários da instituição. (REDE METODISTA DE EDUCAÇÃO DO SUL, 2009, [p. 17]).

De acordo com o documento da política de acessibilidade da Rede existe a indicação de uma das diretrizes acadêmicas de acessibilidade sendo o “[ . . . ] estímulo à contínua participação de docentes e funcionários(as) técnico-administrativos(as) em atividades externas de formação pedagógica.” (REDE METODISTA DE EDUCAÇÃO DO SUL, 2009, [p. 20]).

Assim, identifica-se expressado na política da instituição uma busca pela acessibilidade atitudinal, contudo na prática ela ainda não se retrata efetivamente. Mas de maneira intuitiva os colaboradores da Biblioteca parecem buscar a acessibilidade atitudinal, de acordo com as partes apontadas das entrevistas.

### **3.1.3 Acessibilidade informacional e comunicacional**

De acordo com as referências consultadas, a acessibilidade informacional e comunicacional parecem ter um sentido muito aproximado. Contudo neste trabalho entendemos que a acessibilidade informacional é aquela relativa ao acesso, às informações locais, como placas indicativas de lugares, por exemplo, ou livros em Braile. Já a acessibilidade comunicacional é mais dinâmica, é aquela que diz respeito à circulação de informações mais imediatas, à comunicação de informações, independente do meio (leitura de um folheto, informação falada, etc.).

Não foi constatada nas entrevistas alguma menção direta sobre acessibilidade informacional na Biblioteca. No entanto, foi verificado (nas observações) que existem materiais sobre LIBRAS e a cultura surda, além de materiais que estão em Braile, mas destes – há uma quantidade de revistas – nem todos estão disponibilizados no acervo, permanecem guardados no setor de periódicos.

Contudo, em um dos relatos, do entrevistado Pedro, percebemos a acessibilidade informacional, o acesso à informação em outro setor, na Sala de Recursos:

*“[ . . . ] eu tive uma aluna, por exemplo, que era cega e, por exemplo, eles escaneavam... escaneavam o material, que depois passavam para um sintetizador, eu acho, e depois era vocalizado, não sei bem como é que funcionava.”*

Já no documento da política de acessibilidade da Rede há indicação de uma das diretrizes acadêmicas de acessibilidade como sendo a “[ . . . ] atualização e ampliação sistemática do acervo de títulos e periódicos.” (REDE METODISTA DE EDUCAÇÃO DO SUL, 2009, [p. 20]) Não foi identificado se essa diretriz acadêmica é de fato cumprida pela instituição, pois a Biblioteca é responsável pela aquisição de periódicos.

Quanto à acessibilidade comunicacional, a disseminação de informações, a política de acessibilidade da instituição estabeleceu como prioridades o seguinte:

[ . . . ] a comunicação interna (aos colaboradores, docentes e alunos); a comunicação externa (como divulgar aquilo que é desenvolvido pela instituição sobre acessibilidade). Campanhas e veículos institucionais devem ser produzidos contemplando o acesso às pessoas com deficiências, bem como devem mostrar que a instituição tem esta preocupação. É

importante que existam veículos de comunicação institucionais com espaços editoriais fixos para tratar sobre a acessibilidade e que também existam veículos que garantam a acessibilidade (em Braille, por exemplo). Neste mesmo sentido, indica-se a necessidade de a instituição investir em tecnologias que facilitem a comunicação das PCD's (*softwares* para acesso a *e-mails*, leitura do portal, por exemplo). (REDE METODISTA DE EDUCAÇÃO DO SUL, 2009, [p. 25]).

Na Sala de Recursos há máquinas e *softwares* para Braille, mas campanhas e veículos institucionais que demonstrem a preocupação com o acesso das PcDs à instituição, excetuando o trecho acima citado da política, não foram detectadas.

Outra definição importante na política é a sinalização de que há necessidade de que seja construída uma cartilha com orientações de como se deve ajudar às PcDs, e que isso deve fazer parte do Manual de Integração dos Colaboradores, além de criarem uma outra cartilha semelhante, mas que seja distribuída aos alunos no momento da realização das matrículas. Se existem tais cartilhas e manual é desconhecido, pois não foi identificado durante este estudo.

Quanto à acessibilidade informacional podemos perceber na Biblioteca sinalizações que comunicam e orientam o usuário na circulação pelo ambiente.

As sinalizações possuem cores vibrantes, desenhos e o indicativo escrito sobre a área que se está adentrando ou que se deseja ir, como pode ser visualizado nas fotografias 13 e 14.

**Fotografia 13 – Sinalização na entrada da Biblioteca**



Fonte: autora, 2012.

Fotografia 14 – Sinalização no térreo



Fonte: autora, 2012.

A escrita em Braille e o alto relevo só estão colocados no elevador, como pode ser verificado na fotografia abaixo, número 15.

Fotografia 15 – Sinalização do elevador



Fonte: autora, 2012.

Devido a grande quantidade de usuários que não conseguia se localizar com os botões do elevador – os números não correspondem ao pavimento que se deseja ir, pois o andar térreo pertence a outro setor e não à Biblioteca – foram colocados indicativos escritos, em amarelo vibrante, dispostos nos botões do elevador. A solução, simples, encontrada fez com que diminuíssem drasticamente as reclamações e erros dos usuários que utilizavam o elevador.

Quanto ao documento de promoção à acessibilidade salienta-se um momento importante, a comunicação das chefias, dos professores e coordenadores quando há entrada de aluno ou colaborador com deficiência:

É necessário que ocorra um comunicado às chefias quando da entrada de colaboradores com deficiência, bem como aos professores e coordenadores, no caso de alunos. As equipes que irão trabalhar com estas pessoas precisam estar cientes das condições e precisam ser preparadas. Assim, a promoção constante de capacitação faz-se necessária em todas as instâncias da Instituição.

Esse procedimento só se aplica quando da entrada de aluno com deficiência, pois este (dependendo da deficiência) solicita atendimento diferenciado.

Porém, isso não se confirma na Biblioteca, pois há uma colaboradora com deficiência auditiva e a Sala de Recursos não sabia da existência dela. A chefia da Biblioteca também não foi orientada sobre a possibilidade de capacitação da sua equipe para melhor desempenho de todos e troca de experiências, tanto com a colega como com os usuários da Biblioteca.

### **3.1.4 Recursos e/ou serviços disponibilizados pela Biblioteca ou pelo IPA**

Foram identificados recursos e serviços no IPA. Contudo, na Biblioteca, isso só fica claro no prédio (acessibilidade espacial) e quando os usuários são atendidos (acessibilidade atitudinal).

Na entrevista, Pedro fala sobre o setor Sala de Recursos e sua participação nela:

*Não [não ajudei a criar]! Eu ali, eu sou eu... eu atuo mais como colaborador, eventualmente. Houve uma época em que a professora Marlene coordenava. Então eventualmente ela me chamava, para uma reunião e tal, alguma discussão. Não é bem um grupo de estudos, mas era um grupo de reflexão, assim, mais pontual, até esse semestre, tem sido muito corrido, nem apareci lá ainda. [ . . . ] Ela foi criada, aí não sei, teria que conversar com a professora Marlene, eu acho que foi a pedido do professor Jaider, que era o reitor nessa época, 2001-2005, 2004, que foi o professor que*

*inaugurou a biblioteca, então ele que... eu acho que foi nessa época que foi criado esse departamento.*

Pedro prossegue falando sobre o serviço de fisioterapia e reabilitação:

*[ . . . ] eu faço fisioterapia, como manutenção né, ali nas Clínicas Integradas, praticamente desde o primeiro ano depois que eu me acidentei, então desde 91. E aí isso ajuda muito a manter a forma física, a manter a atividade, isso é um serviço bem interessante, que para mim resolve muito e ajuda muito. Faz musculação, faz alongamento, tem um aparelho que eu fico em pé e até dou uns passos, é um serviço interessante, muito bom né, para mim, por exemplo.*

Pedro falou mais sobre a Sala de Recursos e a identificação de alunos PcDs na instituição:

*Às vezes o que acontece, é que tem alunos que tem alguma dificuldade e o professor, talvez, não identifique, e comunique à Sala para que ela possa dar esse suporte. Porque parece que o que acontece é o seguinte, quando o aluno se matricula no vestibular, ele pode declarar que ele tem alguma deficiência, e eles vão acompanhar. E muitos não declaram, o cara pode ter uma deficiência visual pouco acentuada, mas não declara e até nem fica sabendo. Eu tive um aluno semestre passado, retrasado acho, e ele tem algum tipo de autismo, mas ele... é funcional, ele vai até bem nas provas, mas a gente percebe. Mas acho que nunca ninguém reparou assim, e ele não se declara, ele não pede ajuda. E ele podia ter até um suporte, assim mais... Daí teria que ver claramente na sala que tipo de suporte eles dão, mas é bem variado [ . . . ].*

João Manuel também comenta sobre o surgimento da Sala de Recursos:

*Eu acho que há uns quatro anos. Que foi depois ainda da inclusão do pessoal. Eu acho assim, meu ponto de vista. De uns quatro anos para cá, que aí eles deram mais importância pra também saber LIBRAS, pra saber o tamanho do lugar, por exemplo, pra uma pessoa que é cadeirante passar, o que fica melhor, o quê que não fica melhor. Isso é muito bom, eles são muito interessados pelo assunto.*

As duas entrevistadas demonstraram desconhecer a existência da Sala de Recursos, talvez pelo fato de serem novas na instituição – não estão nem há um ano – e/ou talvez pela falta de comunicação, falta de divulgação de informações, o que já foi levantado nas entrevistas. Porém, Ketrin, a usuária interna, reconheceu o novo serviço que foi recentemente implementado no IPA: o setor de Apoio, para toda a comunidade acadêmica, não só estudantes com deficiência:

*Esse pessoal de apoio ao ensino, esse pessoal que acompanha com as LIBRAS, eles utilizam... e eu não lembro do início, assim se foi uma coisa que foi implantada nesse semestre, nos últimos semestres, e tu vê que que o aluno fica mais orientado, tem mais capacidade para responder, e pra poder ir nos locais que ele precise...*

O setor de Apoio, de acordo com as informações levantadas, foi criado em agosto deste ano no intuito de ajudar os alunos com dúvidas relacionadas à localização da sala de aula, atendimento de primeiros-socorros, etc., bem como identificar e reportar problemas ao setor responsável. Seria a viabilização de comunicação entre alunos e instituição.

Com relação ao documento da política de acessibilidade da Rede existe indicado como uma das diretrizes acadêmicas de acessibilidade: “[ . . . ] adotar materiais didáticos e pedagógicos adequados às diferenças.” (REDE METODISTA DE EDUCAÇÃO DO SUL, 2009, [p. 20]).

Outra diretriz acadêmica apontada na política é a “[ . . . ] criação de espaços de escuta das pessoas com necessidades educacionais especiais das comunidades escolares e acadêmicas (estudantes, docentes, funcionários técnico-administrativos, familiares).” (REDE METODISTA DE EDUCAÇÃO DO SUL, 2009, [p. 21]). Esse espaço pode ser apontado pelo setor de Apoio e Sala de Recursos.

Uma outra diretriz acadêmica mencionada no documento de política institucional é a “[ . . . ] inclusão de intérprete de sinais e de profissionais habilitados no sistema Braille nos quadros institucionais de todos os níveis de ensino.” (REDE METODISTA DE EDUCAÇÃO DO SUL, 2009, [p. 21]) e ainda a “[ . . . ] aquisição e atualização permanentes dos equipamentos para elaboração de materiais pedagógicos em Braille” (REDE METODISTA DE EDUCAÇÃO DO SUL, 2009, [p. 21]). Esses profissionais existem e estão vinculados à Sala de Recursos, são dois intérpretes de LIBRAS. Os equipamentos também se encontram localizados na própria Sala de Recursos.

Foi identificada na política a definição de um atendimento diferenciado às PcDs:

Quanto a processos seletivos (vestibular, seleção para pós-graduação, seleção de pessoal), a política deve reforçar os processos já institucionalizados que garantem as pessoas com deficiências atendimento diferenciado. O mesmo deve ser feito com relação aos eventos e às formaturas. Manifestações públicas e reuniões institucionais devem considerar a presença de PNE e oferecer condições de acessibilidade às informações (presença de tradutores sempre que necessário). (REDE METODISTA DE EDUCAÇÃO DO SUL, 2009, [p. 26]).

A Sala de Recursos é apontada, na política, como um canal de conscientização sobre as PcDs, pois deve estar atenta a entrada de novos colaboradores e alunos e realizar atividades pertinentes à temática.

Em agosto de 2007 foi inaugurada a Sala de Recursos, e no site da Rede ela é definida juntamente a quem ela atende:

Atende a todos os alunos que apresentam comprometimentos de ordem motora, sensorial ou psíquica, nos diferentes CAMPUS do Centro Universitário Metodista IPA. É um espaço ligado a Coordenadoria de Graduação, os profissionais lotados na Sala de Recursos são qualificados em diferentes especialidades e realizam um trabalho interdisciplinar, no que diz respeito a acessibilidade. Este espaço veio para resgatar as ações desenvolvidas em relação à inclusão já realizadas a varias décadas na instituição. (REDE METODISTA DE EDUCAÇÃO DO SUL *on-line*, 2008).

No *site* ainda são apontadas as atividades desenvolvidas pela Sala de Recursos, que são muitas:

Confecção e empréstimo de materiais transcritos da tinta para o Sistema Braille; adaptação do material pedagógico para alunos cegos e com baixa visão através da digitalização dos materiais salvos em formato txt ou doc para leitura através dos *softwares* específicos; acolhimento de alunos que durante a formação acadêmica entram em contato com a Sala de Recursos solicitando suporte técnico para atendimento de sua deficiência; adaptação dos espaços utilizados por deficientes físicos; acompanhamento dos alunos com deficiências desde a inscrição no vestibular; acompanhamento aos alunos quando solicitado pelo docente (trabalhos e provas); participação na elaboração, implantação e acompanhamento na Política de Acessibilidade Universal da Rede Metodista de Educação do Sul; orientação ao corpo docente e discente sobre a Estrutura e Funcionamento da Sala de Recursos e de outros assuntos relacionados ao tema deficiência; atualização do blog criado pela equipe da sala sobre assuntos importantes relacionados ao tema; interlocução permanente com o setor de comunicação, setor de eventos, segurança gestão de pessoal e clinicas do HPB, em períodos de inscrições com o setor do vestibular e na época de matrícula com o CAE; participação em palestras, cursos, disciplinas dentro e fora da instituição divulgando o trabalho realizado; parceria com os Cursos de Graduação e Pós graduação de Inclusão e Reabilitação, oferecendo espaço para a realização de pesquisas e alguns casos orientando TCCs, que digam respeito a inclusão, acessibilidade ou a problemas e patologias de qualquer natureza, em crianças, jovens, adultos ou idosos; capacitação sobre acessibilidade e inclusão para os setores da instituição; realização de oficinas sobre acessibilidade e inclusão no Seminário Pedagógico; interpretação de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) para discentes e docentes que fazem uso de Libras; apoio aos acadêmicos Surdos quanto a sua segunda língua o PORTUGUÊS. (*on-line*, 2008)

Assim, foi identificado, através da observação, das entrevistas, da política e do *site*, três serviços no IPA: o serviço de Fisioterapia e Reabilitação, o Setor de Apoio e a Sala de Recursos que detém a maioria dos recursos e equipamentos disponíveis para as PcDs e outras pessoas que necessitem de alguma ajuda.

A Biblioteca somente se beneficia indiretamente dos serviços e recursos acima citados e oferece como recurso, os materiais sobre LIBRAS e comunidade surda e Braille.

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As bibliotecas universitárias são fundamentais nas instituições universitárias, pois respondem e facilitam o fluxo de informação e as pesquisas nesses ambientes.

Entretanto, tais lugares devem estar aptos a receber sua comunidade – potencial ou real – de usuários por meio da inclusão, da acessibilidade, através de práticas inclusivas e jamais excludentes.

Para que as bibliotecas universitárias bem como outros ambientes culturais se tornem acessíveis e inclusivos suas instituições mantenedoras devem perceber tal importância. Essa percepção institucional deve aparecer no desenvolvimento de políticas de acessibilidade e inclusão que se reflita em toda a instituição, chegando às bibliotecas.

As políticas desenvolvidas podem se basear na implementação do desenho universal em seus projetos de construções e/ou adaptações bem como o uso de tecnologia assistiva como recursos às PcDs, pois assim, propiciam a acessibilidade e a inclusão por meio de providências concretas.

Com a realização deste trabalho, percebeu-se a existência clara de uma preocupação da instituição Rede Metodista de Educação do Sul e Centro Universitário Metodista IPA com relação ao assunto acessibilidade.

Esse pensamento de inclusão e acessibilidade aparece como missão institucional, pois a Rede menciona inclusão, acesso, equiparação de oportunidades, o emprego da solidariedade, entre outros, em seus documentos oficiais. Porém, essa identificação de pensamento inclusivo e da acessibilidade na missão institucional deve aparecer cada vez mais na prática e não somente na teoria.

Por conseguinte, toda essa preocupação da instituição se reflete na Biblioteca Central Guilherme Mylius, pois esta apresenta banheiros para deficientes, rampa na entrada, elevador, revistas em braile, etc., demonstrando acessibilidade espacial.

Contudo, não basta haver acesso físico com espaços acessíveis se a equipe de colaboradores não sabe atuar quanto à inclusão e à acessibilidade. A acessibilidade atitudinal também é essencial e é demonstrada na Biblioteca, muito embora alguns funcionários tenham recebido treinamentos esparsos – e os colaboradores mais novos na Rede nem isso – e não tenham dado continuidade às capacitações recebidas relacionadas ao tema.

A acessibilidade atitudinal parece se dar de uma maneira mais intuitiva, no tato dos colaboradores frente às situações que se deparam relacionadas ao tema.

Impeditivos de ordem econômica comumente são apontados em instituições como o principal responsável, o vilão, da não aplicação da acessibilidade, e foram mencionados nas entrevistas. Porém, estes impeditivos parecem ter sido superados pelos gestores, não em sua plenitude, mas parcialmente quanto à aplicabilidade da acessibilidade e da inclusão no IPA e na Biblioteca.

Outro fator importante, e que foi citado nas entrevistas, é a falta de comunicação e divulgação de informações no IPA, não oportunizando plenamente a acessibilidade informacional e comunicacional. A Biblioteca deve estar atenta a isso, bem como a instituição no todo e tornar essa dificuldade conveniente, divulgando mais seus recursos e serviços, não só para a sua comunidade acadêmica, como para além dos muros da instituição, atraindo potenciais alunos e usuários.

Quanto aos recursos e/ou serviços, de acordo com as entrevistas, foram identificados o oferecimento de Fisioterapia e Reabilitação (serviço que o entrevistado Pedro utiliza), o Setor de Apoio e a Sala de Recursos, que aparece como o disseminador da *Política de Acessibilidade* desenvolvida para a Rede Metodista do Sul, visto que nela há a concentração de muitas atividades relacionadas ao tema acessibilidade e inclusão.

A Biblioteca não possui serviços estabelecidos, mas pode se beneficiar de palestras aplicadas pela Sala de Recursos. Sugerimos que a Biblioteca estreite relações com a Sala e forme uma parceria com ela.

Um fato curioso pôde ser identificado no estudo com relação às palavras mais citadas durante as entrevistas. Verificou-se que “elevador” foi o item mais comentado, seguido de “cadeirante” e, após o termo “rampa”. Com isso, pode-se perceber que os indivíduos cadeirantes são os mais visados quando se fala em acessibilidade, inclusão.

Tendo em vista que os espaços têm suas limitações, eles devem ser aproveitados ao máximo atendendo requisitos de acessibilidade, para que o maior número de pessoas possa se beneficiar do ambiente, pois amanhã, de repente, não será um “benefício” para alguns, mas uma exigência da maioria, com a chegada da velhice ou mesmo alguma situação inesperada que possa nos limitar.

Ainda, como uma opção é a realização de projetos para que se busque melhorias no ambiente por meio do desenho universal ou com a compra de produtos de tecnologia assistiva.

A realização deste trabalho foi muito gratificante e engrandecedora por permitir conhecer a realidade da Biblioteca Guilherme Mylius e do Centro Universitário IPA assim como um pouco da realidade enfrentada pelas PcDs que circulam pela instituição.

Como sugestão, deixamos a indicação de compra e de elaboração de audiolivros, os quais podem beneficiar não somente PcDs como todos usuários. Cabe observar que a prática de ouvir textos ainda é pouco usual e ela pode ser motivada por uma biblioteca a fim de auxiliar na construção dessa cultura.

Ainda lembramos que as políticas inclusivas não podem se estagnar e devem acompanhar a dinâmica social e estar em constante atualização para atender as PcDs. Assim, sugere-se também a constante revisão das missões institucionais bem como a política de acessibilidade para que acompanhem a época em que vigoram.

## REFERÊNCIAS

AGRASSO NETO, Manoel; ABREU Aline França de. **Conhecimento científico: subsídios para gestão de serviços de referência e informação**. Florianópolis: Ed. UFSC, 2009.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. **Bibliotecas públicas e bibliotecas alternativas**. Londrina: Ed. UEL, 1997.

ARMANI, Domingos. **Como elaborar projetos?** Guia prático para elaboração e gestão de projetos sociais. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2009.

BRASIL, Coordenadoria Nacional Para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. **Acessibilidade**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2006.

BRASIL. Coordenadoria Nacional Para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. **Ata VII: reunião do comitê de ajudas técnicas – CAT CORDE / SEDH / PR**, realizada nos dias 13 e 14 de dezembro de 2007. disponível em: <<http://portal.mj.gov.br>>. Acesso em: 14 nov. 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. [S.l: s.n], 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 05 nov. 2012.

BRASIL. **Lei nº 10.098** de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. [S.l: s.n], 2000. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L10098.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L10098.htm)>. Acesso em: 05 nov. 2012.

BRASIL. **Decreto nº 6.949** de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm)>. Acesso em: 05 nov. 2012.

BRESOLIN, Marcelo. **A cultura da acessibilidade na Biblioteca da Fabico e na Biblioteca Central da UFRGS**. 2010. 55 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação)–Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

BURIN, Camila Koerich; LUCAS, Elaine Rosangela de Oliveira; HOFFMANN, Sandra Gorete. Bibliotecas universitárias informatizadas: competências do bibliotecário. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS (SNBU), 13., 2004, Natal. **Anais...** Natal: BCZM, 2004. 1 CD-ROM.

CAMBIAGHI, Silvana. **Desenho universal: métodos e técnicas para arquitetos e urbanistas**. São Paulo: Senac, 2011.

CARVALHO, Isabel Cristina Louzada. **A socialização do conhecimento no espaço das bibliotecas universitárias**. Rio de Janeiro: Interciência, 2004.

CARDOSO, Eduardo. Recursos de acessibilidade em ambientes culturais: contextualização e aplicações. In: CARDOSO, Eduardo (Org.); CUTY, Jeniffer (Org.). **Acessibilidade em ambientes culturais**. Porto Alegre, Marca Visual, 2012. p. 38-59.

CASTEL, Robert. As armadilhas da exclusão. In: BÓGUS, Lucia (Org.); YAZBEK, Maria Carmelita (Org.); BELFIORE-WANDERLEY, Mariangela (Org.). **Desigualdade e a questão social**. São Paulo: EDUC, 2008.

CONSONI, Inilcéia Aparecida Guidotti. **A importância das tecnologias assistivas**. [S.l.: s.n.], 2012. Disponível em: <<http://www.profala.com/artdef10.htm>>. Acesso em: 13 nov. 2012.

CUTY, Jeniffer. A preservação de condições para construção dos direitos culturais. In: CARDOSO, Eduardo (Org.); CUTY, Jeniffer (Org.). **Acessibilidade em ambientes culturais**. Porto Alegre, Marca Visual, 2012. p. 16-37.

DEMO, Pedro. **Charme da exclusão social**. Campinas, SP: Autores Associados, 1998.

FIALHO, Janaina; SILVA, Daiane de Oliveira. Informação e conhecimento acessíveis aos deficientes visuais nas bibliotecas universitárias. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.17, n.1, p.153-168, jan./mar. 2012.

FADERS. **Guia de inclusão social: responsabilidade de todos**. Porto Alegre: [s.n.], 2005.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2010.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010: número de católicos cai e aumenta o de evangélicos, espíritas e sem religião** Comunicação Social. 29 de junho de 2012. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia\\_impresao.php?id\\_noticia=2170](http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_impresao.php?id_noticia=2170) Acesso em: 01 nov. 2012

MAZZONI, Alberto Angel et al. Aspectos que interferem na construção da acessibilidade em bibliotecas universitárias. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 30, n. 2, p. 29-34, maio/ago. 2001.

MARTINS, Wilson. **A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca**. São Paulo: Ática, 2002.

MILANESI, Luis. **O que é biblioteca**. Brasiliense, 1983.

MITTLER, Peter. **Educação inclusiva: contextos sociais**. Tradução Windy Brazão Ferreira. Porto Alegre: Artmed, 2003.

REDE METODISTA DE EDUCAÇÃO DO SUL. **Filosofia: missão**. [S. l.: s. n.], 2003. Disponível em: <<http://www.metodistasul.edu.br/institucional/redeipa/missao.php>>. Acesso em: 16 nov. 2012.

REDE METODISTA DE EDUCAÇÃO DO SUL. **Política de acessibilidade universal da rede metodista de educação do sul na perspectiva de uma educação inclusiva**. Porto Alegre: [s.n.], 2009. 52 p.

RUDIO, Franz Victor. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

SÃO PAULO (Estado). **Diretrizes do desenho universal na habitação de interesse social no Estado de São Paulo: espaço para todos e por toda a vida**. São Paulo: Secretaria de Estado de Habitação, 2010.

SARRAF, Viviane Paneli. Acessibilidade para pessoas com deficiência em espaços culturais e exposições: inovação no design de espaços, comunicação sensorial e eliminação de barreiras atitudinais. In: CARDOSO, Eduardo (Org.); CUTY, Jeniffer (Org.). **Acessibilidade em ambientes culturais**. Porto Alegre, Marca Visual, 2012. p. 60-78.

SILVA, Lucielem Chequim da. **O design de equipamentos de tecnologia assistiva como auxílio no desempenho das atividades de vida diária de idosos e pessoas com deficiência, socialmente institucionalizados**. 2011. 104 f. Dissertação (Mestrado em Design) – Escola de Engenharia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

THIOLLENT, Michel. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. São Paulo: Polis, 1985.

VANZ, Samile Andrea de Souza. Re-arquitetura e informação 24 horas no IPA Metodista. In: **Biblos: revista do Departamento de Biblioteconomia e História**. Rio Grande, RS Vol. 20 (2006), p. 215-228.

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de coleta de dados no campo**. São Paulo: Atlas, 2009.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2010.

## **APÊNDICE A – MODELO DE ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA**

- 1) Quando você ingressou como colaborador na instituição (IPA), como eram os recursos e/ou serviços para pessoas com deficiência? Existia algo?
  
- 2) A instituição já ofereceu palestras, capacitações e afins para seus colaboradores, tendo como assunto acessibilidade/inclusão? Você participou? Ou esse tema nunca esteve em pauta no cotidiano institucional?
  
- 3) Em que momento você percebeu uma transformação no ambiente de trabalho, da instituição como um todo e da biblioteca acerca da acessibilidade/inclusão?
  
- 4) O que você percebeu de novo na rotina e nos recursos e/ou serviços que foram implantados nesse período (quanto tempo)? Você considerou eficaz?
  
- 5) Você destacaria algum “modo de fazer” (tratamento, recursos e/ou serviços) que só ocorre no IPA?

## APÊNDICE B – TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE ENTREVISTA EM TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Considerando o depoimento/entrevista por mim concedido no dia \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), portador (a) da cédula de identidade (RG) nº \_\_\_\_\_, residente e domiciliado (a) na cidade de \_\_\_\_\_, na UF \_\_\_\_\_, doravante denominado (a) CEDENTE, **AUTORIZO** a utilização e veiculação da minha entrevista pela UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS), inscrita sob o CNPJ/MF sob o número 92.969.856/0001-98, com sede na Avenida Paulo Gama, 110, Porto Alegre, RS, o pleno direito de utilizar minha entrevista (seja em papel, áudio ou quaisquer características de sua personalidade) em ambientes internos ou externos, através da participação no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado “**BIBLIOTECA AO ALCANCE DE TODOS: estudo de caso da acessibilidade na Biblioteca Central Guilherme Mylius**” de autoria da aluna Josiene da Silva Niesciur com orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Jeniffer Cuty.

A UFRGS poderá utilizar a obra, de forma gratuita e definitiva, por prazo indeterminado e sem limitações de vezes, em todo o território nacional e no exterior, em quaisquer idiomas, sem intuito comercial, para uso jornalístico, editorial, didático em qualquer suporte que exista ou venha existir no futuro. Podendo ainda realizar qualquer tipo de contratação, concessão, cessão ou autorização sobre o presente termo, desde que relacionada com o trabalho em referência. Essa autorização é feita de forma irrevogável e irretratável, obrigando as partes, seus herdeiros e sucessores, a respeitarem integralmente as condições aqui estipuladas. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Porto Alegre, RS, para dirimir eventuais questões deste Termo de Autorização.

Porto Alegre, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2012.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do cedente

\_\_\_\_\_  
Assinatura da autora